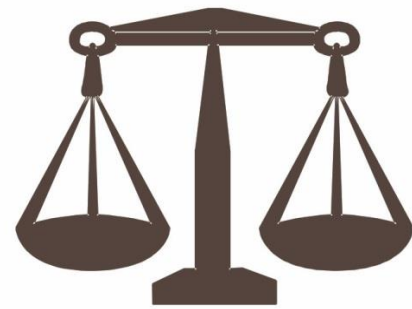


IV SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA



ANAIS

Renata Egert
Cesar Riboli
Cesar Luis Pinheiro
(Organizadores)

IV SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

ANAIS



**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO
ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES**

Reitor

Luiz Mario Silveira Spinelli

Pró-Reitora de Ensino

Rosane Vontobel Rodrigues

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Giovani Palma Bastos

Pró-Reitor de Administração:

Nestor Henrique de Cesaro

Câmpus de Frederico Westphalen

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Clóvis Quadros Hempel

Câmpus de Erechim

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretora Acadêmica

Elisabete Maria Zanin

Diretor Administrativo

Paulo Roberto Giollo

Câmpus de Santo Ângelo

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

Câmpus de Santiago

Diretor Geral

Francisco de Assis Górski

Diretora Acadêmica

Michele Noal Beltrão

Diretor Administrativo

Jorge Padilha Santos

Câmpus de São Luiz Gonzaga

Diretora Geral

Sonia Regina Bressan Vieira

Câmpus de Cerro Largo

Diretor Geral

Edson Bolzan



**ANAIS DA IV SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA
JURÍDICA**

**01 a 09 de dezembro de 2015.
FREDERICO WESTPHALEN - RS**

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen
Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas
Curso de Direito

Renata Egert

César Riboli

Cesar Luis Pinheiro

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Alejandro Cesar Rayo Werlang

André Rodrigues

Antonio Luiz Pinheiro

Cátia Da Jornada Fortes

César Luís Pinheiro

Cesar Riboli

Claudionei Vicente Cassol

Daniel Fensterseifer

Edemar Girardi

Fernando Battisti

Jan Carlos Novakowski

Jean Mauro Menuzzi

Luciana Borella Camara Ardenghi

Maurício Zandoná

Nádia Awad Scariot

Oliverio De Vargas Rosado

Otacílio Vanzin

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

Patricia Luzia Stieven

Renata Egert

Rogério Vargas Dos Santos

Tarcisio Vendruscolo

Thiago Luiz Rigon De Araujo

Tiago Galli

Vagner Felipe Kühn

Walter Ney Zambenedetti

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Renata Egert

Cesar Riboli

Cesar Luis Pinheiro

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

IV SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

ANAIS

Organizadoras
Renata Egert
Cesar Riboli
Cesar Luis Pinheiro



Frederico Westphalen
2016



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Renata Egert, Cesar Riboli, Cesar Luis Pinheiro

Revisão metodológica: Tani Gobbi dos Reis

Diagramação: Tani Gobbi dos Reis

Capa/Arte: Silvana Kliszcz

Revisão Linguística: Responsabilidade exclusiva dos autores.

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

S47a	Seminário de Monografia Jurídica (4.: 2016 : Frederico Westphalen, RS) Anais [do] IV Seminário de Monografia Jurídica [recurso eletrônico] / Organizadores: Renata Egert, Cesar Riboli, Cesar Luis Pinheiro. – Frederico Westphalen : URI – Frederico Westph, 2016. 86 p. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: < www.fw.uri.br/site/publicacoes > ISBN 978-85-7796-175-7 1. Seminário – Monografia. 2. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Curso de Direito. I. Egert, Renata. II. Riboli, Cesar. III. Pinheiro, Cesar Luis. IV. Título. CDU 34
------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Bibliotecária Gabriela de Oliveira Vieira



URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 9

Câmpus de Frederico Westphalen
Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265
E-mail: editorauri@yahoo.com.br, editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
RENATA EGERT	
FECUNDAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM E SUA IMPLICAÇÃO NO DIREITO SUCESSÓRIO EM FACE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	11
AMANDA MARIA RAZIA DEL PAULO; CÁTIA VENINA SANDERSON DA JORNADA FORTES	
O DOLO EVENTUAL NOS CRIMES DE TRÂNSITO	12
CARLOS EDUARDO HARTMANN DOS SANTOS; JEAN MAURO MENUZZI	
A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NA DELEGACIA DE POLÍCIA DE FREDERICO WESTPHALEN.....	13
CLAUDINARA BUZATTO DE MELLO; JEAN MAURO MENUZZI	
A EFETIVIDADE DA GUARDA COMPARTILHADA NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL.....	14
DAINARA DANIELI SCHENKEL; PATRÍCIA LUZIA STIEVEN	
APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	15
EDI MARIANA OLIVEIRA BEGNINI; ANDRÉ RODRIGUES	
AS DOAÇÕES DE EMPRESAS PRIVADAS NO FINANCIAMENTO ELEITORAL E UMA ANÁLISE DE SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE.....	16
EDUARDO MARTINS PITON; VAGNER FELIPE KÜHN	
(DES) EQUIPARAÇÃO DOS INSTITUTOS DA UNIÃO ESTÁVEL E DO CASAMENTO CIVIL NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO	17
FERNANDA EDUARDA DOS REIS; PATRÍCIA LUZIA STIEVEN	
A (IN) EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS AO ADOLESCENTE INFRATOR: AS MÚLTIPLAS FACES DA REINCIDÊNCIA	19
FERNANDA ZANATTA; OLIVÉRIO DE VARGAS ROSADO	
E-MAIL CORPORATIVO NA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	21
FRANCIELI CRISTINA FACCIN; ANDRÉ RODRIGUES	
O DEVER DO ESTADO EM EFETIVAR O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE	23
GABRIEL BASSO; CESAR RIBOLI	
PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA EM RELAÇÃO AOS DELITOS DE FURTO E CONTRA A ORDEM PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA	25
GABRIELA MENEGATT; DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER	

OS REQUISITOS LEGAIS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL..	27
GISELE LUZA; ANDRÉ RODRIGUES	
O ALCANCE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELOS DANOS SOFRIDOS AOS ESTUDANTES EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO.....	29
HELLEN LARYCE SELVA; LUCIANA BORELLA CÂMARA ARDENGHI	
INFLUÊNCIA DA MORAL E DA RELIGIÃO NO DIREITO DOS POVOS OCIDENTAIS	31
HUBERTO MATHIAS TIMM; OTACILIO VANZIN	
A PROVA NO PROCESSO PENAL FRENTE AOS PARADIGMAS DA CRIMINALIDADE ATUAL.....	33
ISAAC BUENO DA SILVA SEGASPINI; JEAN MAURO MENUZZI	
A RESSOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO VISTA PELO DIREITO PENAL E PELA CRIMINOLOGIA.....	34
JEAN ZANCHIN; DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER	
SERVIDÃO ADMINISTRATIVA OU DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA?	36
JOÃO PAULO TEIXEIRA	
EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA	37
JUSIÉLI INES BARRO; LUCIANA BORELLA CAMARA ARDENGHI	
AUSÊNCIA DE PRAZO MÁXIMO PARA A PRISÃO PREVENTIVA	38
LISIANE CRISTINA ZIECH; ANTÔNIO LUIZ PINHEIRO	
ALIMENTOS GRAVÍDICOS: A RESPONSABILIDADE CIVIL DA GENITORA EM CASO DE NEGATIVA DE PATERNIDADE	39
LUIS CARLOS ZANATTA; CATIA VENINA DA JORNADA FORTES	
EUTANÁSIA: UMA MORTE DIGNA À LUZ DO BIODIREITO	40
MAIRA INDIANA BEHLING; PATRICIA LUZIA STIEVEN	
A AÇÃO DE PASSAGEM FORÇADA E SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	42
MATHEUS MARTINI; JAN CARLOS NOVAKOWSKI	
A DESAPOSENTAÇÃO NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	43
MAURICIO DE OLIVEIRA BRAVO; ANDRÉ RODRIGUES	
OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO DE DIREITO DA URI – FW SOB A ÓTICA INTERDISCIPLINAR EM CONSONÂNCIA COM A LEI 9.795/99.....	45
MAYARA ANDRESSA BONN; RENATA EGERT	
O INSTITUTO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO ALTERNATIVA EFICAZ NA PREVENÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL	47
MÔNICA GABI; MAURÍCIO ZANDONÁ	
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	49
NAYARA PREDIGER; TIAGO GALLI	

A PROVA PERICIAL COMO FATOR DE CONVICÇÃO DO JUIZ NO PROCESSO PENAL	51
PALOMA ALMEIDA; JEAN MAURO MENUZZI	
A ESPETACULARIZAÇÃO DO PROCESSO PENAL EM CONFRONTO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA	52
PRICILA LANGNER RAMOS; TIAGO GALLI	
MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL: CRITÉRIOS DE APLICABILIDADE E LIMITES DE UTILIZAÇÃO	53
RUTI DOS REIS; VAGNER FELIPE KÜHN	
A GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA DOS INVESTIGADOS NO INQUÉRITO POLICIAL	55
CAROLINA FARIAS FIGUEIRÓ; OLIVERIO DE VAGAS ROSADO	
O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E SUA APLICABILIDADE NO DIREITO PROCESSUAL MODERNO COM A INSTITUIÇÃO DA LEI Nº 13.105/2015	56
CHANAUANA DE AZEVEDO CANCI; PABLO HENRIQUE CAOVIALLA KUHNEN	
DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DA MACONHA.....	58
CRISTIÉLEN DE ANDRADE; DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER	
A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA É REGRA DE PROCEDIMENTO OU REGRA DE JULGAMENTO?	60
DANIELA TERESINHA ROSA; PABLO H. CAOVIALLA KUHNEN	
A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR VIOLAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES.....	62
DAYANE MARIA ENDRIGO; CÉSAR RIBOLI	
A SELETIVIDADE DO DIREITO PENAL: UMA ANÁLISE DOGMÁTICA E CRIMINOLÓGICA	64
DÉBORA EUNICE PÖTTKER; DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER	
UMA ANÁLISE ACERCA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO QUE CONCERNE AO PROCEDIMENTO REFERENTE À APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	65
EVANDRO PASTERCHAK; JEAN MAURO MENUZZI	
A IMPENHORABILIDADE DOS BENS DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	67
FLÁVIA CRISTINA STEIN; CESAR RIBOLI	
O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO E RESGUARDO DOS DIREITOS HUMANOS.....	68
GABRIELI ALBARELLO; LUCIANA BORELLA CAMARA ARDENGHI	
A INCIDÊNCIA DA COISA JULGADA NAS AÇÕES DE ALIMENTOS	69
GISELA ROHENKOHL DOS SANTOS; PABLO HENRIQUE CAOVIALLA KUHNEN	

COMPETÊNCIA TERRITORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO BRASILEIRA EM TRABALHOS INTERNACIONAIS	70
JOICE ALINE DE MORAES; TARCÍSIO VENDRUSCOLO	
DA RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO E SUA APLICABILIDADE NO ATUAL CONTEXTO JURÍDICO	72
JULIANA FERNANDA SANTOS TRINDADE; TARCISIO VENDRUSCOLO	
O EMPRÉSTIMO BANCÁRIO: LIMITES CONTRATUAIS E O DIREITO DO CONSUMIDOR.....	74
MARCELO ANDRÉ GREGIANIN; JAN CARLOS NOVAKOWSKI	
ADOÇÃO POR CASAL HOMOAFETIVO À LUZ DAS NORMAS DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO E DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI N. 8.069/90)	75
MÁRCIO JONES NEGRINI JUNIOR; CÉSAR LUÍS PINHEIRO	
ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS DIANTE DA INCIDÊNCIA DE ATOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRATICADOS CONTRA A MULHER EM FACE DE SITUAÇÃO DE COABITAÇÃO.....	77
MARCO ANTONIO SALDANHA; OLIVERIO DE VARGAS ROSADO	
DA POSSIBILIDADE DE SE TER O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO COMO UM DOS PRINCIPAIS FUNDAMENTOS PARA O ATIVISMO JUDICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	78
MILTON GUSTAVO MACHADO; TARCISIO VENDRUSCOLO	
CARGA DINÂMICA DA PROVA DISPOSTA NO ART. 373 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	79
TAINARA RAFAELA KOHLRAUSCH; VAGNER FELIPE KÜHN	
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS CAUSADOS AOS PARTICULARES	81
TALITA KARINE SOARES; CESAR RIBOLI	
A VALIDADE DO TESTEMUNHO DA CRIANÇA NOS JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NOS CRIMES SEXUAIS CONTRA ELAS PRATICADOS	82
TANISE SAMARA DA SILVA; TIAGO GALLI	
CRIMES CIBERNÉTICOS	84
VAGNER ROBERTO DA SILVA PEREIRA; CÉSAR LUÍS PINHEIRO	
AS CONDIÇÕES LEGAIS DO CONTRATO DE ESTÁGIO.....	86
VLADIMIR MATTER; ANDRÉ RODRIGUES	

Apresentação

Esta publicação apresenta os resumos aprovados e apresentados no IV Seminário de Monografia Jurídica: Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea, a edição dos Anais leva ao leitor(a), a disseminação do saber que orbitaram em torno da contemporaneidade e da interdisciplinaridade, focando os sub-eixos: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea; e Perspectivas Inovadoras de um Direito Criminal Contemporâneo, nos trabalhos de conclusão do Curso de Direito no primeiro semestre de 2015.

A pesquisa, função básica da universidade, objetiva promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e difusão da cultura, em perfeito entrosamento com o ensino e a extensão. A pesquisa visa a produção de conhecimento novo, teórico e com relevância social. Com a evolução do pensamento epistemológico a pesquisa como “busca da verdade” foi substituída pela pesquisa como tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias. Assim o pesquisador passa a ser um intérprete da realidade pesquisada, capaz de demonstrar a fidedignidade e a relevância teórico-social do conhecimento produzido.

A pesquisa realizada através do trabalho monográfico compreende a produção de texto relacionado com o conteúdo jurídico, utilizando-se da metodologia científica e da pesquisa para produção de uma monografia. Esta proporciona um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o formando do Curso de Direito a definir e aprimorar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, e ainda oportuniza um espaço para que o bacharelado possa produzir um relato técnico-científico decorrente de estudos e/ou pesquisas realizadas durante o curso, utilizando a bibliografia especializada e propiciando observações e análises de temas contemplados pela prática e pela teoria jurídica que contribuam para direcionar o acadêmico a pesquisa científica, bem como a traçar um perfil do futuro profissional, e isto se materializa através desta publicação, que apresenta os resumos destes trabalhos realizados para conclusão do Curso de Direito.

Renata Egert

FECUNDAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM E SUA IMPLICAÇÃO NO DIREITO SUCESSÓRIO EM FACE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

AMANDA MARIA RAZIA DEL PAULO

CÁTIA VENINA SANDERSON DA JORNADA FORTES

O presente trabalho enfatiza o estudo da possibilidade de reconhecimento de direito sucessório ao filho nascido após a morte do genitor decorrente de fecundação artificial homóloga, aplicando-se princípios constitucionais para interpretação. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para a evolução história da família, elencando os novos arranjos familiares existentes na atualidade, sendo colacionada jurisprudência. Foi explanado, também, sobre as diversas formas de reprodução humana assistida e a aplicação da bioética e do biodireito nesta esfera. Posteriormente, abordou-se os princípios constitucionais aplicáveis ao direito de família e das sucessões, delineando-se de que forma podem auxiliar na resolução do problema central deste estudo. Ademais, analisou-se o momento da abertura da sucessão (transmissão causa mortis), a ordem na vocação hereditária, a capacidade para suceder, a sucessão legítima e testamentária, o reconhecimento pacífico da paternidade aos filhos nascidos post mortem. Concluindo este estudo bibliográfico, foram discutidas as diferentes formas de interpretação dos dispositivos legais, bem como os divergentes posicionamentos doutrinários sobre a capacidade sucessória do filho concebido post mortem decorrente de fecundação artificial homóloga.

Palavras-chave: Fecundação artificial homóloga post mortem. Direito de família. Direito sucessório. Entendimento doutrinário. Princípios constitucionais.

O DOLO EVENTUAL NOS CRIMES DE TRÂNSITO

CARLOS EDUARDO HARTMANN DOS SANTOS

JEAN MAURO MENUZZI

O presente trabalho trata da aplicação do dolo eventual no homicídio de trânsito, praticado por agente sob efeito de embriaguez. Optou-se pelo tema uma vez que não é clara a distinção entre dolo eventual e culpa consciente. Levando-se em conta o fato do Código de Trânsito Brasileiro tipificar no artigo 302 o homicídio culposo na direção de veículo automotor, não poderia um agente que pratica tal conduta responder pelo delito do artigo 121 do Código Penal, aplicando-se o dolo eventual, por mera presunção, por encontrar-se o infrator embriagado no momento do evento, nos termos da Lei Federal nº 12.760/12, adotando uma responsabilização objetiva, e não uma análise subjetiva das circunstâncias do fato para enquadrar a ação delituosa. Iniciam-se os estudos abordando o dolo e a culpa. Após, realiza-se uma abordagem do delito de homicídio e legislação de trânsito. Por fim, analisa-se a Lei Federal nº 12.760/12, formas de produção de prova, previsão do dolo eventual no homicídio de trânsito e entendimento jurisprudencial. O presente estudo demonstra que, no caso do delito de trânsito, ainda que o agente esteja sob efeito de embriaguez, o simples fato de encontrar-se nesta situação não faz com que tenha agido dolosamente, haja vista não ser a embriaguez que revela sua intenção, devendo ser buscado nas provas as características subjetivas que revelem a intenção do condutor, para então determinar sua vontade, se culposa ou dolosa. Assim, não há que se admitir tal elasticidade dada ao dolo eventual, nem a tentativa de aplicar uma responsabilização objetiva do agente, o que fere o princípio da culpabilidade, a fim de enquadrar nesta categoria o agente que claramente não queria o resultado que provocou, tendo tal entendimento grande reprodução nas decisões judiciais. É a objetividade tentando definir o *animus necandi* do agente, e não os elementos subjetivos que permeiam as práticas delitivas, o que é inadmissível. Ainda, havendo dúvida do agente estar imbuído de dolo ou culpa no momento do cometimento do crime, deveria adotar-se esta última, eis que mais benéfica ao infrator, com base no princípio constitucional do *in dubio pro reo*, consoante artigo 5º, LVII, da Constituição Federal.

Palavras-chave: Penal. Homicídio. Dolo. Código de Trânsito Brasileiro. Código Penal.

A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NA DELEGACIA DE POLÍCIA DE FREDERICO WESTPHALEN

CLAUDINARA BUZATTO DE MELLO

JEAN MAURO MENUZZI

A violência doméstica, ou seja, aquela que ocorre dentro do lar, é uma questão histórica, cultural e social, sendo que a sua existência faz lembrar a origem da família, tratando-se esta, portanto, de um vício de formação que acomete a maioria das sociedades patriarcais. E apesar da maioria dos casos dessa modalidade de violência ocorrer no espaço privado, no íntimo dos lares e da família, ela reflete no ambiente público, na sociedade como um todo. O presente estudo teve por escopo realizar uma análise da aplicabilidade da lei destinada ao combate da violência doméstica e familiar contra a mulher na Delegacia de Polícia de Frederico Westphalen. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa bibliográfica e quantitativa como técnicas de pesquisa. Primeiramente, a pesquisa abordou os aspectos históricos da violência sofrida pela mulher ao longo dos anos, a discriminação e o preconceito ligados às questões de gênero, as formas de violência no âmbito doméstico e o direito penal contra majoritário como forma de proteção à mulher. Posteriormente, aprofundou-se sobre os aspectos históricos e da criação da Lei Maria da Penha, bem como as alterações que a mesma trouxe na fase pré-processual e fase penal dos procedimentos que envolvem o tema. Neste contexto, também foram abordados, os principais procedimentos aplicados no âmbito da Delegacia de Polícia de Frederico Westphalen, que estão dispostos na lei supracitada e a forma como esses são aplicados pelos profissionais daquele órgão, dando ênfase ao pedido de medidas protetivas de urgência, acompanhamento policial a vítima para retirada de pertences do lar, cartório especializado e atendimento multidisciplinar. Podendo, assim concluir que a Delegacia de Polícia de Frederico Westphalen atende as determinações legais da Lei 11.340/2006, os profissionais se esforçam em prestar o melhor atendimento possível as mulheres vítimas de violência apesar de não possuírem condições adequadas para tanto.

Palavras-chave: Violência doméstica e familiar contra a mulher. Lei Maria da Penha. Direito Contramajoritário. Inquérito Policial. Medidas protetivas de urgência.

A EFETIVIDADE DA GUARDA COMPARTILHADA NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

DAINARA DANIELI SCHENKEL

PATRICIA LUZIA STIEVEN

O presente trabalho estuda a entidade familiar, explicando a origem da família, assim como ela é classificada. A dissolução da entidade familiar, que compreende a separação e o divórcio dos cônjuges. No que se refere à ruptura do vínculo conjugal, não restam dúvidas que a mesma entra em conflito com a guarda dos filhos, o que faz com que a disputa pela guarda cause traumas psicológicos nos filhos menores. Os pais acabam abusando do poder da guarda, para influenciar nos sentimentos da criança, para convencê-la que o outro genitor não tem nenhum sentimento pelo filho, o fazendo acreditar em coisas que na verdade nunca aconteceram. Em prosseguimento, estuda sobre os conceitos e características da Síndrome da Alienação Parental, as fases da síndrome na criança, assim como seus efeitos e suas consequências. Nesse mesmo sentido trata-se também sobre a Alienação Parental, a qual altera a formação psicológica da criança, as causas da alienação e suas respectivas consequências. Estuda em seguida a aplicabilidade da Guarda Compartilhada e mostra a importância desta modalidade de guarda, sendo esta a melhor opção contra a Alienação Parental. No que se refere a Guarda Compartilhada, o estudo trata sobre os efeitos da mesma, assim como a responsabilidade civil dos pais, seus direitos e deveres. Apurou-se casos reais sobre Alienação Parental e Guarda Compartilhada, para assim chegar à conclusão sobre a efetividade dessa guarda nos casos de Alienação Parental. Conclui-se, assim, que a convivência compartilhada traz diversos benefícios para o crescimento da criança e evita que ela tome para si os efeitos negativos do divórcio, tendo, assim, efetividade nos casos de alienação parental, pois se, na prática, esse desenvolvimento harmonioso ocorrer de forma verdadeira, esses filhos serão eternamente gratos aos seus pais, uma vez que terão a oportunidade de convívio e afeto com os dois. Mas, para que isso ocorra, é necessário que os pais compreendam o verdadeiro significado dessa nova modalidade de guarda incluída na legislação brasileira. Se eles entenderem isso, com certeza darão mais força ao instituto da guarda compartilhada, a qual é a melhor opção para um desenvolvimento em harmonia, tanto emocional como psicológico dos seus filhos.

Palavras-chave: Família. Alienação Parental. Guarda Compartilhada.

APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDI MARIANA OLIVEIRA BEGNINI

ANDRÉ RODRIGUES

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de idosos com 60 anos ou mais de idade representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas, sendo que a estimativa para o final dos próximos 20 anos é que este número duplique, o que deverá representar cerca de 13% da população brasileira¹. Sendo assim, é imprescindível que se tomem providências políticas, jurídicas e, principalmente, sociais para proteger essa significativa população no momento em que a necessidade venha a atingi-la. Nesse contexto, e considerando que a velhice se encontra entre os grandes riscos sociais que a Seguridade Social está apta a cobrir, surge o instituto da aposentadoria por idade como forma de garantir ao indivíduo que contribuiu com seu labor, durante um longo período de tempo, uma quantia pecuniária capaz de manter um padrão digno de subsistência. A presente monografia é apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, tendo como tema a aposentadoria por idade híbrida no Regime Geral de Previdência Social. Para elaborá-la utilizou-se o método dedutivo de abordagem e, no que tange à metodologia, pesquisa bibliográfica, principalmente em livros, artigos científicos, legislação e jurisprudências correlatas ao tema. Objetiva analisar os requisitos e as condicionalidades exigidas à concessão dessa recente modalidade de aposentadoria por idade. Além disso, apresenta os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre quais segurados possuem direito a esse benefício, isto é, se apenas os trabalhadores rurais ou igualmente os trabalhadores urbanos, aspecto bastante polêmico. Conclui que a inovação legislativa levada a efeito pela Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, que incluiu o § 3º, no artigo 48 da Lei nº 8.213/91, criou nova espécie de aposentadoria por idade, conhecida como aposentadoria híbrida ou mista, permitindo ao trabalhador rural (e apenas este) somar períodos de atividade rural com períodos de contribuição sob outras categorias de segurado para fins de perfazimento da carência. No entanto, a idade mínima a ser considerada é de 65 anos, se homem, e 60 anos, se mulher, equiparando-se ao trabalhador urbano no requisito etário.

Palavras-chave: Aposentadoria por idade híbrida. Carência. Requisitos. Jurisprudência.

AS DOAÇÕES DE EMPRESAS PRIVADAS NO FINANCIAMENTO ELEITORAL E UMA ANÁLISE DE SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE

EDUARDO MARTINS PITON

VAGNER FELIPE KÜHN

Atualmente, o financiamento de campanhas é assunto recorrente nas discussões políticas do Brasil, e não somente no Brasil, é verdade que ele está na "ordem do dia" em todas as democracias mundiais. O histórico de incontáveis casos de abuso de poder econômico conjugado com gastos "astronômicos" em campanha, que são declarados pelos partidos à Justiça Eleitoral a cada eleição, faz surgir um atual e premente descrédito à própria legitimidade representativa brasileira, fazendo-se necessário que se descubra uma nova forma capaz de proteger a púbere democracia pátria e satisfazer o anseio democrático dos eleitores. Este trabalho tem como objeto de estudo as doações de empresas privadas no financiamento eleitoral brasileiro e sua legitimidade diante dos postulados e premissas constitucionais. Para tanto, utilizou-se o método dedutivo de abordagem e a pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, procurou-se fazer um resgate histórico do financiamento de campanhas eleitorais do Brasil e o papel das doações de empresas privadas através de uma breve pesquisa desde os tempos da colônia, passando pelo tratamento que as diversas Constituições do país dispensaram ao processo eleitoral. Em seguida, o trabalho analisou o abuso de poder econômico na disputa eleitoral e a grande influência das doações de empresas neste problema. Então, passou-se a pesquisa das opiniões de cientistas políticos e juristas sobre a pertinência das doações de empresas, tendo como fundamento alguns pontos precisos como a legitimidade de as empresas participarem do financiamento de campanha, o uso do dinheiro privado e do cuidado contra o abuso de poder econômico. Por fim, procurou-se analisar as normas eleitorais vigentes até as eleições de 2014, na parte que regula as doações de empresas privadas, frente aos princípios constitucionais que dizem respeito ao processo eleitoral e ao regime democrático, a fim de reconhecer a (in)constitucionalidade dessas doações. Encerra-se demonstrando algumas propostas legislativas para o financiamento de campanhas, com sugestões para um novo modelo de doações de empresas privadas.

Palavras-chave: Doações de empresas privadas. Financiamento Eleitoral. Abuso de poder econômico. (In)constitucionalidade. Regime Democrático.

(DES) EQUIPARAÇÃO DOS INSTITUTOS DA UNIÃO ESTÁVEL E DO CASAMENTO CIVIL NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO

FERNANDA EDUARDA DOS REIS

PATRÍCIA LUZIA STIEVEN

O presente trabalho tem como finalidade o estudo dos institutos do casamento civil e da união estável em um contexto do Direito Sucessório Brasileiro. Além do estudo dos institutos será feito uma análise da vocação hereditária tanto no plano do casamento civil quanto da união estável, além de uma análise do artigo 1790 do Código Civil, que trata do direito sucessório na união estável, no plano da constitucionalidade ou inconstitucionalidade deste artigo. Para tanto, é feita uma análise da doutrina e dos julgados dos tribunais superiores observando suas decisões quanto ao tema, já que se trata de um tema com divergência na legislação, doutrina e jurisprudência. Por se tratar de um tema atual e por haver constantes evoluções nas estruturas familiares o direito precisa se adequar as necessidades das novas estruturas familiares garantindo a eles o respeito aos direitos fundamentais como a igualdade e a dignidade da pessoa humana. Neste sentido, neste estudo, buscar-se-á analisar as os institutos do casamento e da união estável no direito sucessório brasileiro no contexto das evoluções doutrinarias, jurisprudências e legislativas que vem ocorrendo. Para este estudo foi utilizado o método bibliográfico de pesquisa, pautada na doutrina, jurisprudência e na atual legislação brasileira. Palavras-chave: Casamento Civil; União Estável; Direito Sucessório. Se por um lado a Constituição Federal Brasileira reconhece a União Estável como uma entidade familiar, assim como o casamento, por outro a legislação brasileira não reconhece ao companheiro os mesmos direitos do cônjuge. Enquanto o cônjuge é herdeiro necessário não podendo ser afastado da sucessão e não concorrendo com os colaterais o companheiro é herdeiro legítimo, podendo ser afastado da sucessão em caso de sucessão testamentária e concorrendo com os colaterais até o quarto grau. O artigo 1790 vem sendo taxado de inconstitucional por não garantir ao companheiro os mesmos direitos do cônjuge, o que tem trazido ao judiciário incidentes de constitucionalidade e propostas de alteração do mesmo. No entanto, os tribunais vêm mantendo suas decisões no sentido de reconhecê-lo como constitucional, levando-se em conta o fato de que mesmo se tratando o casamento civil e a união estável entidades familiares, não possuem os institutos os mesmos direitos, sendo essa distinção uma forma,

inclusive, de preservar a autonomia da vontade daqueles que optaram por uma união estável e não pelo casamento civil, dessa forma não podendo atribuir aos dois os mesmos efeitos.

Palavras-chave: Direito sucessório. União estável. Casamento. Família.

A (IN) EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS AO ADOLESCENTE INFRATOR: AS MÚLTIPLAS FACES DA REINCIDÊNCIA

FERNANDA ZANATTA

OLIVÉRIO DE VARGAS ROSADO

Vive-se uma época em que muito se houve falar em adolescentes envolvidos com o mundo do crime. Ao ligar os meios de comunicação, pode-se perceber que cada vez mais cedo se tem menores envolvidos em práticas ilícitas, muitas vezes são manipulados por adultos, que pensam que sendo menor de idade não serão punidos. Ao contrário deste pensamento, aos menores são aplicadas medidas socioeducativas, as quais possuem caráter pedagógico-educativo, garantindo um tratamento diferenciado para essas crianças e adolescentes, levando-se em consideração seu estado de pessoa em desenvolvimento. As medidas aplicadas a esses menores podem variar entre uma simples advertência até a privação de sua liberdade. O presente trabalho trata da (In)eficácia das medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente infrator, resgatando na história, os primeiros institutos que reconheceram algum direito aos menores, estudando as medidas socioeducativas aplicadas aos que entram em conflito com a lei, compreendendo a realidade de onde surgem esses menores infratores, e práticas que possam afastá-los da criminalidade. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, buscou-se resgatar os primeiros institutos que trataram do direito dos menores, tanto no campo internacional como no direito brasileiro, buscando compreender como surgiram os primeiros direitos, resgatando, na história de cada instituto, a sua parcela de contribuição para o cenário que hoje é visualizado. Passa-se desde a situação irregular até a proteção integral a qual garantiu um tratamento diferenciado e passou a reconhecer os menores como sujeitos de direitos. Posteriormente, foram estudadas as medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente infrator, compreendendo o que são cada uma delas, seu caráter e procurando verificar seu grau de eficácia. Encerrando o estudo bibliográfico, foi possível traçar o perfil do adolescente infrator, as práticas que favorecem para que estes continuem no mundo do crime, bem como práticas que possam afastá-los da criminalidade, concluindo assim que o direito menorista evoluiu muito; que as Medidas Socioeducativas quando bem aplicadas são o

melhor método de ressocialização e que as mesmas serão eficazes de acordo com os meios e condições empregados na execução.

Palavras-chave: Adolescente infrator. Medida socioeducativa. Criminalidade.

E-MAIL CORPORATIVO NA RELAÇÃO DE EMPREGO

FRANCIELI CRISTINA FACCIN

ANDRÉ RODRIGUES

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito do controle e fiscalização do e-mail corporativo disponibilizado pelas empresas aos seus empregados, principalmente no concernente à inviolabilidade do sigilo de correspondência, confrontando-se o direito à intimidade e privacidade do empregado face o poder diretivo do empregador. Poder este que possui limitações na legislação vigente o que inclui o instrumento contratual bem como os direitos fundamentais. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para as noções gerais sobre o direito do trabalho, evolução histórica, princípios norteadores e a relação de emprego. Posteriormente, buscou-se explorar o contrato de trabalho, explicando suas principais modalidades, os direitos e deveres do empregado e empregador decorrentes desse contrato e o poder de direção atribuído ao empregador. Concluindo este estudo bibliográfico, analisou-se o e-mail corporativo, características e meios de utilização pelas empresas, as implicações decorrentes do uso desta ferramenta de comunicação e a aplicabilidade e abrangência da inviolabilidade do sigilo de correspondência. Ainda, exploraram-se as questões envolvendo o monitoramento do e-mail corporativo frente à restrição a privacidade do empregado. Ademais, analisou-se o princípio da proporcionalidade de Robert Alexy e sua utilização na solução de divergências entre empregado e empregador. Também, fez-se uma análise da posição dos Tribunais na resolução dos conflitos referentes ao monitoramento da correspondência eletrônica, assim como qual vai sendo o entendimento aplicado, se é possível ou não, e em quais casos está se admitindo a fiscalização do e-mail utilizado pelo empregado. Ao final, concluiu-se que, de acordo com as posições doutrinárias e jurisprudenciais explanadas, o empregador, mediante o poder de direção a si atribuído, poderá monitorar o e-mail corporativo disponibilizado ao empregado para desempenhar o trabalho, uma vez que referido e-mail trata-se de instrumento de trabalho, devendo ser utilizado exclusivamente para o desempenho do labor, não gerando, assim, qualquer expectativa de privacidade por parte do empregado.

Palavras-chave: Privacidade. E-mail Corporativo. Poder de Direção. Inviolabilidade.
Proporcionalidade.

O DEVER DO ESTADO EM EFETIVAR O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

GABRIEL BASSO

CESAR RIBOLI

Ao passar do tempo, significativos avanços foram conquistados frente aos direitos fundamentais e sua garantia. Nesse contexto, o direito fundamental à Saúde tem sido objeto de muitos debates e embates teóricos, jurisprudenciais e textos legais, tanto em órbita nacional quanto internacional. No mesmo mote, o Estado passou por incontáveis modificações no intuito de solucionar as necessidades sociais frente uma população desguarnecida, refém de uma desigualdade que persiste até hoje. E sendo ele o responsável pela proteção de uma vida digna, onde os direitos humanos devem prevalecer, resta a ele, no caso de incapacidade do particular, garantir o direito fundamental a Saúde. Dessa forma, baseado nos estudos na área do Direito, com experiências práticas vivenciadas em estágios e, numa compreensão lógica da amplitude e importância do tema é que surgiu a motivação para a pesquisa desta Monografia. O presente trabalho é um estudo a respeito do dever do Estado em efetivar o direito fundamental social à saúde. Aborda, preliminarmente, a evolução constitucional, desde o seu surgimento até chegar à Constituição Federal de 1988, a qual rege o ordenamento jurídico nos dias de hoje. Ainda, nesta esfera, trata da evolução dos direitos fundamentais sociais, os chamados direitos de 2ª geração. Eles foram preconizados com o escopo de garantir maior dignidade à pessoa humana, ante uma dilacerada desigualdade social a qual era/é vivida. Desta forma, o Estado se viu ao passo de garantir e efetivar tais direitos, pois de nada adiantaria sua incorporação ao texto constitucional senão houvesse maneiras palpáveis de se reverter em proveito do homem. Ocorre que ao tempo em que mais se garantiam direitos aos indivíduos maiores as obrigações do Estado para com a sociedade. Neste diapasão, conflitos políticos, jurídicos e sociais surgem, pois de um lado, o Estado, garantidor de direitos, e de outro a sua fragilidade em efetivá-los, ante diversos fatores socioculturais. A partir disso, mesmo com a elaboração de políticas públicas voltadas a área da saúde (como é o caso do SUS), o Estado não possui mecanismos para atender todas as demandas existentes, tendo que o poder judiciário intervir para garantir ao indivíduo seus direitos já solidificados constitucionalmente. Assim, o ativismo judicial surge de maneira assídua, tornando-se

mecanismo de efetivação dos direitos fundamentais sociais, ocasionando enclaves jurídicos-políticos, diante dos recursos, ora disponíveis para tanto.

Palavras-chave: Constituição Federal. Saúde. Direitos Fundamentais Sociais.

PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA EM RELAÇÃO AOS DELITOS DE FURTO E CONTRA A ORDEM PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA

GABRIELA MENEGATT

DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER

Esta monografia tem por finalidade precípua o estudo comparativo entre os delitos de furto e contra a ordem previdenciária e tributária, de modo que se possam evidenciar as principais similitudes e diferenças existentes, bem como analisar, de forma crítica, o trato conferido aos referidos tipos penais, o que assume um papel de extrema relevância na seara jurídica, tendo em vista que tais abordagens traduzem perspectivas inovadoras da criminologia crítica. Para tanto, inicialmente, discutiu-se sobre os aspectos gerais dos mais recorrentes princípios do Direito Penal e que, de alguma forma, emanam diretrizes a esta monografia. Em continuidade, apontou-se, de forma jurídico-dogmática, os crimes de furto e contra a ordem previdenciária e tributária. Constatou-se que, não obstante se verifiquem diversas e essenciais semelhanças entre os delitos em estudo, notória é a preferência de incriminação dos autores de furtos – que são pertencentes, em regra, aos estratos mais pobres da população –, visto que são conferidas benesses somente aos agentes que praticam crimes previdenciários e tributários – em sua maioria, pertencentes às altas classes sociais –. Assim sendo, buscou-se apresentar as razões pelas quais ocorre esse tratamento desigual e não sejam estendidos os referidos privilégios aos sujeitos ativos do delito de furto. Ainda, verificou-se se no trato conferido há violações aos princípios de Direito Penal percorridos. Ademais, ao final, apresentaram-se possibilidades que poderiam ser colocadas em prática para se atingir uma sociedade mais justa e igualitária. Desse modo, após o estudo feito, chegou-se a duas conclusões para justificar o trato diferenciado conferido aos delitos em estudo: a primeira é a necessidade existente de alguns crimes serem punidos de forma mais severa que outros; a segunda – e mais provável – é a seletividade da intervenção penal. Outrossim, verificou-se que, frente a tais paradoxos, existem duas alternativas para equilibrar o trato dado: uma seria estender os benefícios conferidos aos agentes de crimes previdenciários e tributários para os do crime de furto, por meio da aplicação da analogia *in bonam partem*; e a outra seria a retirada das benesses previstas para os crimes previdenciários e tributários. Em continuidade, frisa-se que se optou pelo método de abordagem dedutivo para a realização do presente trabalho, que se funda em argumentos gerais para, assim, alcançar argumentos específicos, e pelos métodos de

procedimento monográfico e comparativo. No que tange ao desenvolvimento do tema, utilizou-se a técnica bibliográfica, uma vez que pautado na leitura, análise, síntese, interpretação e dedução de livros, artigos de sites e revistas científicas, jurisprudência e legislação nacional relacionados ao tema.

Palavras-chave: Crime de furto. Crimes previdenciários. Crimes tributários. Seletividade da intervenção penal. Criminologia crítica.

OS REQUISITOS LEGAIS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

GISELE LUZA

ANDRÉ RODRIGUES

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) asseguram a proteção integral à população infanto-juvenil. Com a Emenda Constitucional, aprovada em 1988, a idade mínima para a entrada do menor no mercado de trabalho aumentou para 16 anos, sendo proibido qualquer tipo de trabalho até que o menor completasse 16 anos. No entanto, jovens entre 14 e 16 anos podem exercer atividades remuneradas na condição de aprendiz. A criança e o adolescente devem ter garantidos o direito de acesso à educação, esporte e lazer, além de alguém responsável que zele por esses direitos. O trabalho pode ser um impeditivo para que esses direitos se concretizem além de causar prejuízos à formação e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. O presente trabalho possui a finalidade, baseado na pesquisa bibliográfica de estudar os requisitos legais para a caracterização do trabalho infantil. Inicialmente se buscou analisar os requisitos presentes em cada instituto, a fim de definir os requisitos que devem ser observados para a caracterização do trabalho infantil. O artigo 7º, inciso XXXIII, da Carta Magna estabelece a proibição de qualquer trabalho a pessoas com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos. A interpretação desse preceito constitucional conduz ao entendimento da proibição de qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, de acordo com a própria expressão gramatical. Porém, tal regra comporta exceções, como por exemplo, o caso do aprendiz, a partir dos 14 anos, com previsão na própria Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho, o labor em atividades desportivas previstas na Lei nº 9615/1998 e o labor em atividades artísticas. Caso ocorram tais exceções, deverão ser analisadas todas as circunstâncias específicas, para evitar a exploração e exposição das crianças, de modo que prevaleça sua proteção com prioridade absoluta, colocando a salvo e resguardando os direitos de quem não possui condições de defendê-los. A partir do presente trabalho buscou-se um aperfeiçoamento no que se refere ao conhecimento jurídico, através da verificação dos requisitos apresentados pela legislação referente ao tema, o que se mostra de suma importância para o operador do direito, já que a ciência jurídica está em constante evolução, sendo necessário, no mínimo, estudá-la e discuti-la.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Legislação trabalhista. Ilicitude.

O ALCANCE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELOS DANOS SOFRIDOS AOS ESTUDANTES EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO

HELLEN LARYCE SELVA

LUCIANA BORELLA CÂMARA ARDENGHI

O presente trabalho consiste em uma análise a respeito do alcance da responsabilidade civil do Estado com relação aos danos sofridos pelos estudantes em estabelecimentos públicos de ensino. A opção pelo tema deu-se devido ao grande número de conflitos e problemas vivenciados no ambiente escolar, que por vezes acabam por acarretar diversos problemas tanto para os estudantes e suas famílias quanto para o ente público responsável pelo educandário. Diariamente têm-se notícias de agressões físicas e psicológicas envolvendo alunos, professores e até mesmo familiares de estudantes dentro do ambiente escolar, além disso, devido ao descaso do poder público para com a educação em nosso país ocorrem muitos acidentes dentro das escolas pela falta de infraestrutura adequada, ausência de manutenção das construções, etc. Tudo isso torna a escola um lugar instável, onde os estudantes ao invés de protegidos estão à mercê da violência e da omissão do ente público em tornar o estabelecimento de ensino um ambiente seguro e protegido para todos. O trabalho está organizado em três capítulos iniciando-se por uma análise sobre os aspectos relevantes da responsabilidade civil, sua evolução histórica e elementos caracterizadores, as excludentes de responsabilização, a diferenciação entre a responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Apresenta uma abordagem sobre o direito fundamental à educação previsto na Constituição de 1988, além de perquirir sobre o ensino no Brasil com considerações históricas e legislativas, realizando uma análise sobre a escola como *locus* para uma educação de tolerância e de respeito às diversidades. O presente trabalho busca analisar o alcance da responsabilidade civil do Estado frente aos danos sofridos pelos alunos nos estabelecimentos públicos de ensino, assim, aborda especificamente a responsabilidade civil do Estado, sua evolução histórica e as diversas teorias existentes. Destaca as diferenças entre a responsabilidade civil objetiva e subjetiva do ente público, dando especial atenção às duas espécies de omissão trazidas pela doutrina: genérica e específica. Os conflitos existentes nos estabelecimentos de ensino público também são mencionados. Por fim, é realizada uma análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul sobre o alcance da responsabilização dos estabelecimentos de ensino público. Para a realização deste

trabalho utilizou-se do método dedutivo, que consiste em buscar argumentos gerais para se chegar a pensamentos específicos. A pesquisa bibliográfica foi utilizada como estratégia metodológica, e baseia-se na pesquisa doutrinária, com leitura, análise e interpretação de conceitos, teorias, assim como leitura e interpretação da legislação necessária para a realização do trabalho.

Palavras-chave: Estado. Escola. Conflitos. Responsabilidade civil.

INFLUÊNCIA DA MORAL E DA RELIGIÃO NO DIREITO DOS POVOS OCIDENTAIS

HUBERTO MATHIAS TIMM

OTACILIO VANZIN

É bem verdade que o direito e os métodos jurídicos e de aplicação da justiça tenham surgido, em algum ponto da história, no desiderato de sanar os conflitos do homem enquanto sujeito participante do contexto social em que se encontrasse inserido. No entanto, entender os parâmetros utilizados para o estabelecimento das legislações pátrias ocidentais não se mostra tarefa fácil. O que se sabe é que as suas formações passam, sem sombra de dúvidas, pelos ordenamentos religiosos dos povos, em um sentido estrito, e pela moralidade dos mesmos, em um sentido mais abrangente. O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito das influências que imputam a ética, a moral e a religião nos ordenamentos jurídicos ocidentais. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método hipotético-dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa documental indireta e fontes primárias como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para as definições e o histórico dos aspectos moralizantes, éticos e religiosos dos povos ocidentais ao longo das eras. Posteriormente, aprofundou-se acerca das formas de organização do Direito e da Justiça na história dos povos ocidentais. Concluindo este estudo bibliográfico, ponderou-se sobre a laicidade presente no estado contemporâneo, bem como acerca dos sistemas teocráticos em vigência atualmente. Ademais, procedeu-se à análise dos aspectos atinentes à legitimidade da ética e da religião na organização das normas jurídicas, bem como, por fim, averiguou-se a respeito das principais influências da ética, da moral e da religião no direito ocidental atual, tais como os direitos humanos, as garantias individuais, a liberdade de crença e o pluralismo religioso. Por derradeiro, as principais influências dos elementos morais e éticos foram inventariadas, sabidamente, a questão dos direitos humanos, das garantias individuais sociais e, por corolário, da liberdade religiosa e de seu aspecto plural nos Estados Democráticos de Direito da atualidade. São irrefutáveis, por conseguinte, as interferências observadas quando da miscelânea entre direito – justiça – e a ética, a moral e a religião. De fato, de toda a história ocidental se depreende a legitimação das legislações através daquilo que na época se considerava ético. O direito sem a ética não tem qualquer validade, portanto. A moral tem o condão, no sentido jurídico, de legitimar o direito e a

positivação das leis, à medida que, dessa forma, se pode perquirir a efetivação da busca pelo que é justo em um sentido amplo, no âmbito do Estado enquanto regulador das relações em sociedade.

Palavras-chave: Moral. Ética e Religião. Justiça. Povos Ocidentais. Direitos Humanos. Liberdade Religiosa.

A PROVA NO PROCESSO PENAL FRENTE AOS PARADIGMAS DA CRIMINALIDADE ATUAL

ISAAC BUENO DA SILVA SEGASPINI

JEAN MAURO MENUZZI

Na vida em sociedade, o Direito Penal mostra-se indispensável para a manutenção da ordem e da segurança dos bens jurídicos por ele tutelados. Ainda mais nos dias de hoje, seria impossível imaginar viver em meio a milhões de pessoas sem se ter a mínima segurança que as políticas criminais podem oferecer ao cidadão. Como é ensinado na graduação de Direito, o Direito Penal é a parcela do Direito que propõe definir quais condutas uma sociedade entende serem criminosas e impor coercitivamente uma pena para quem as pratica como forma de punição e como forma de prevenção. Compreendida a imprescindibilidade do Direito Penal para a civilização humana, outra relevância se faz necessária, o Direito Processual Penal. Para que as políticas criminais e o Direito Penal possam ser aplicados e efetivados, saindo do campo das ideias e concretizando-se no mundo, é preciso fazer uso de um instrumento. No Brasil, a escolha do legislador para servir de instrumento ao Direito Penal foi o processo penal, cujos princípios, normas e disciplinamento são distinguidos como Direito Processual Penal. O presente estudo tem por objetivo analisar o trabalho da doutrina e da jurisprudência quanto às atuais problemáticas em matéria de prova no processo penal que ainda não possuem uma solução ou regulamentação legal. Para lograr esse objetivo, primeiramente estudou-se na história do Direito o tratamento dado à prova, no Direito Penal, desde os primeiros povos da civilização humana até os dias atuais. Após, percorreu-se pelos direitos fundamentais consagrados pela Constituição Federal de 1988 em matéria penal e a adaptação necessária nos métodos probatórios do processo penal para que os referidos direitos constitucionais fossem observados. Também se analisou a Teoria Geral da Prova e a Teoria Geral da Prova Ilícita como embasamento teórico para o enfrentamento do assunto principal do presente trabalho. Por fim, estudaram-se a prova indiciária, a teoria do domínio do fato e a prova emprestada como atuais problemáticas em matéria de prova no processo criminal que estão sendo enfrentadas pela doutrina e pela jurisprudência e que ainda não possuem uma definição legal.

Palavras-chave: Processo penal. Prova. Indícios. Teoria do domínio do fato. prova emprestada.

A RESSOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO VISTA PELO DIREITO PENAL E PELA CRIMINOLOGIA

JEAN ZANCHIN

DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER

O presente trabalho monográfico tem por escopo analisar o Direito Penal e a Criminologia, no que tange à ressocialização do indivíduo criminoso, voltando-se, principalmente, para a atual situação vivenciada por nosso sistema penitenciário, bem como ponderando os índices de reincidência em nosso ordenamento jurídico. Sabe-se que o atual cenário da sociedade é de constante crescimento e, por esse motivo, vem enfrentando muitos problemas com o aumento da violência e da criminalidade, assim como ver eficaz seu sistema jurídico na esteira penal, evitando novas condutas delinquentes. Porém, o Estado não consegue fazer com que suas penitenciárias recuperem e reintegrem o apenado na sociedade, uma vez que somente o encarceramento não veem conseguindo atingir tal finalidade. O sistema jurídico brasileiro utiliza-se do seu poder-dever externado pelo Direito Penal para punir àquele indivíduo que infringe suas regras, a fim de regulamentar a vida em sociedade, impondo limites e consequências, bem como fixando balizas com o objetivo de regular os comportamentos, quer sejam individuais ou coletivos. Nesta seara, no que se refere a aplicação da pena, buscou-se verificar a evolução das sanções no transcurso do tempo, analisando as principais teorias dentro desse campo, como também o conceito e a finalidade estabelecida por cada uma delas. Além disso, fez-se importante estudar a ciência da criminologia, sua inegável evolução na história, bem como suas principais correntes e pensamentos, para assim se tornar possível analisar o indivíduo criminoso inserido na sociedade atual. Deste modo, tornou-se necessário, ainda, testilhar sobre o contexto brasileiro da criminalidade, para que se pudesse constatar qual o cenário que se evidencia no atual cenário contemporâneo, analisando os diversos fatores da criminalidade brasileira, tal como as políticas públicas voltadas para o tema, inseridas dentro do campo da política criminal, visando a ressocialização do indivíduo criminoso. De outra banda, ao passo que examinado o contexto da reincidência e prevenção criminal, com o levantamento em números, tornou-se plausível discutir acerca da presente crise enfrentada pelo sistema penal, para que com a análise da Política Criminal sob o enfoque da Criminologia Crítica, se fizesse possível a discussão sobre a perspectiva de ressocialização do indivíduo condenado dentro do cenário de criminalidade de nosso ordenamento e nossa sociedade.

Palavras-chave: Indivíduo. Sociedade. Criminalidade. Criminologia. Ressocialização.

SERVIDÃO ADMINISTRATIVA OU DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA?

JOÃO PAULO TEIXEIRA

O presente trabalho consiste em um estudo a respeito dos institutos da servidão e da desapropriação, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro e, também, quanto às decisões do judiciário a respeito do tema, principalmente quando envolver a figura da servidão administrativa e da desapropriação indireta, nos casos em que uma substitui a outra. Além disso, ressalta os efeitos causados ao poder público e ao proprietário do imóvel. Para sua realização, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, o método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa indireta - bibliográfica. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para os primeiros diplomas legais que trataram sobre servidão administrativa e desapropriação no Brasil, destacando a importância do tema e a forma de conflito de interesses para o direito, enquanto regulador das relações sociais e econômicas. Nesse sentido, buscou-se aprofundar os efeitos causados pela aplicação errônea de um instituto ao invés de outro. Para isso, buscaram-se conceitos do direito de propriedade, quais os efeitos da intervenção estatal sobre a mesma, bem como, conceitos sobre servidão e desapropriação. Antes de se buscar sua aplicabilidade no caso concreto, esclareceu-se que os efeitos são bem diferentes entre si, enquanto a servidão apenas opera na redução ou restrição do uso da propriedade, a desapropriação tira todos os direitos do proprietário e acaba por incorporar o bem ao patrimônio do poder público. Concluindo o estudo, analisaram-se decisões emitidas pelos magistrados de primeiro e segundo grau, bem como, súmulas emitidas pelos tribunais superiores para regulamentar o tema ou, por vezes, para tentar aplicar a justiça nas decisões, embora nem sempre se consiga alcançar a justa decisão, pois alguém sempre vai ser derrotado e, para esse, a justiça pode não ter sido a justa.

Palavras-chave: Prédio Serviente. Prédio Dominante. Servidão Administrativa. Desapropriação Indireta.

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA

JUSIÉLI INES BARRO

LUCIANA BORELLA CAMARA ARDENGHI

O presente trabalho cognominado Educação para os Direitos Humanos: perspectivas na formação do profissional de segurança, justifica-se pela relevância social do tema, relacionado à formação acadêmica dos profissionais de segurança pública. O contexto contemporâneo expõe demasiada violência e intolerância social. Por isso, trabalhar os direitos humanos através da educação voltada aos profissionais de segurança e justiça é uma necessidade emergente para esses profissionais inseridos na academia. Partindo da premissa que o agente de segurança pública tem papel fundamental na garantia dos direitos fundamentais de toda a coletividade, é imprescindível uma formação voltada para os direitos humanos, de forma a capacitá-los a lidarem com situações que envolvem preconceitos, reclamações, denúncias de intolerâncias e violências, enfim, práticas que, inclusive, influenciam o comportamento e pensamento dos próprios profissionais, suscitando, até mesmo, o sentimento de antipatia em relação a essa classe laboral, mesmo que se trate de uma profissão nobre, fundamental à organização da sociedade. O objetivo deste trabalho é verificar na prática cotidiana dos policiais que trabalham nos estabelecimentos militares, como são utilizadas as teorias sobre direitos humanos ministradas nos cursos de formação inicial e continuada os quais têm como embasamento o Plano Nacional de Educação para os Direitos Humanos. Sugestiona-se que uma das alternativas para todas essas controvérsias é apelar para a prevalência da informação e do conhecimento, uma vez que o entendimento, a interpretação e respeito poderão fornecer subsídios sobre os direitos humanos, trazendo-os do plano teórico à prática e efetivando os valores. Embora realizado estudo teórico e analítico persistem questionamentos: como e de que lado estão os direitos humanos? No sentido dos garantidores da lei ou dos seus descumpridores? Num olhar profissional e humanitário, sabe-se que policial é ser humano, tem família, medos e anseios. É preciso considerar que ele, por vezes, vive situações restritas, simbolicamente algemado às amálgamas do sistema prisional. Sobretudo, ele tem sua compreensão em direitos humanos. Mesmo em casos complicados, prevalece seu entendimento e o desejo de se manter vivo.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação. PNEDH. Segurança. Justiça.

AUSÊNCIA DE PRAZO MÁXIMO PARA A PRISÃO PREVENTIVA

LISIANE CRISTINA ZIECH

ANTÔNIO LUIZ PINHEIRO

A prisão processual ocorre desde o início do direito penal na humanidade, mesmo antes da pena de prisão, uma vez que mesmo antes de ser aplicada a pena efetiva o indivíduo já era segregado até o cumprimento da pena capital, por exemplo. Após o surgimento da pena de prisão, permaneceu a prisão processual como forma de “resguardar a sociedade” daquele que transgrediu as regras estabelecidas, mesmo antes que este fosse condenado na esfera judicial. Diversas foram às modificações legislativas, especialmente na legislação brasileira, acerca da prisão processual, porém apesar da evolução dos dispositivos legais a respeito não há até o momento prazo máximo de duração, especificamente, para a prisão preventiva, diferentemente do que ocorre com a prisão temporária. Na prisão temporária, encontram-se devidamente apontados os prazos de segregação, até mesmo pelo fato de ser uma prisão cautelar que prescinde de indícios suficientes de autoria, tendo em vista que o objetivo é a coleta de provas. O presente trabalho faz um estudo detalhada da pena de prisão, iniciando por seu histórico, traçando uma linha do tempo da prisão pena, bem como do surgimento da prisão processual e suas respectivas modificações legislativas. Da mesma forma, são conceituados e analisados princípios constitucionais penais imprescindíveis para o estudo em tela, uma vez que são a base da argumentação exposta no trabalho. É conceituada a prisão processual na modalidade preventiva, apontando seus requisitos legais. É esmiuçada a legislação atinente a prisão cautelar preventiva, traçando uma análise crítica com base na doutrina e jurisprudência acerca dos requisitos, bem como circunstâncias autorizadas da prisão. Apontadas as medidas cautelares alternativas a prisão, os dados numéricos acerca dos presos no sistema carcerário brasileiro. Por fim, apontados os entendimentos jurisprudenciais, a possibilidade de modificação legislativa, referentes ao excesso de prazo da prisão, bem como a audiência de custódia como meio de prevenção a abusos e oportunidade de oitiva do preso.

Palavras-chave: Prisão Preventiva. Excesso de Prazo. Medidas cautelares.

ALIMENTOS GRAVÍDICOS: A RESPONSABILIDADE CIVIL DA GENITORA EM CASO DE NEGATIVA DE PATERNIDADE

LUIS CARLOS ZANATTA

CATIA VENINA DA JORNADA FORTES

Com o advento da Lei 11.804/08, o nascituro passou a ter uma maior acessibilidade para os seus direitos básicos, bem como a gestante. Neste sentido, a presente monografia busca demonstrar a repercussão da lei, além dos requisitos para que fossem requisitados os alimentos contra o suposto pai. Por outro lado, a viabilidade para um exame de DNA intrauterino é quase que impossível, além de por em risco a vida do nascituro, com isso não há cabimento para a uma exame antes do nascimento. Em virtude disso, existe a possibilidade do suposto pai pagar erroneamente os alimentos e este não possui um amparo legal para que ocorra um ressarcimento. Desta maneira, fora feito um apanhado sobre as possibilidades de ressarcimento, com base em doutrinas, sítios da internet, artigos e jurisprudência, afim de que a pesquisa pudesse suprir com todas as possibilidades. Esta monografia possui como objetivo principal a responsabilização civil da genitora no caso de concessão de alimentos gravídicos, sendo que o suposto pai arcou com este, fora imputado erroneamente. Na pesquisa, buscou-se a evolução da família e dos alimentos ao longo da história, além do direito do nascituro aos alimentos, bem como do direito de alimentar e sua classificação e finalmente chegamos aos alimentos gravídicos, onde a pesquisa abordou a concessão, a conversão, a revisão, a extinção e as críticas aos alimentos gravídicos, que possui amparo legal na Lei N° 11.804/08. Quanto ao tema principal da presente monografia, a pesquisa abordou acerca da responsabilidade civil e sobre do direito de reaver o dinheiro em caso de negativa de paternidade, sendo que possui inúmeras possibilidades. Foi possível observar que para a concessão dos alimentos gravídicos bastam ter frágeis indícios de paternidade. O nascituro possui entre outras garantias, na Constituição Federal de 1988 a garantia à vida, e por consequência, para uma gestação digna, se fazem necessários os alimentos gravídicos. E quanto à responsabilidade civil no caso de alimentos pagos erroneamente, existem diversas teorias acerca do tema, onde preveem o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, a devolução dos alimentos pela genitora,, a devolução dos valores pagos pelo verdadeiro pai e até mesmo o cabimento de dano moral.

Palavras-chave: Alimentos gravídicos. Lei 11.804/08. Responsabilidade civil. Nascituro. Negativa de paternidade.

EUTANÁSIA: UMA MORTE DIGNA À LUZ DO BIODIREITO

MAIRA INDIANA BEHLING

PATRICIA LUZIA STIEVEN

O direito à vida é princípio basilar no ordenamento constitucional brasileiro, classificado como direito fundamental pela Carta Magna, estando atrelado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Nesse contexto a pergunta que vem à tona diz respeito ao procedimento médico conhecido como eutanásia, analisando se este entra em conflito com a dignidade da pessoa humana e o exercício do direito à liberdade e a vida. A eutanásia é conhecida como “a boa morte” ou “morte apropriada”, sendo que por decisão do paciente ou de seus familiares, profissionais da área da saúde acabam por “encurtar” a vida do paciente, desistindo de continuar o tratamento e manter o paciente vivo através de equipamentos. Justifica-se esta prática diante do pedido do paciente que por muitas vezes prefere “parar de sofrer”. O estudo em comento tem por objetivo estudar o procedimento da eutanásia frente ao conflito existente dos princípios da autonomia (direito à morte digna) e o princípio constitucional basilar do direito à vida, analisando-se a importância do estudo da ciência do biodireito neste contexto. A eutanásia considera-se como o procedimento no qual se possui o condão de colocar fim ao sofrimento de um paciente terminal, diante do sofrimento provocado pelo acometimento de doença terminal. Primeiramente estudar-se-á sobre a bioética e o biodireito, procedendo-se a uma análise sobre a inserção destes na esfera dos direitos humanos. Posteriormente, será estudada a conceituação sobre eutanásia e suas espécies (mistanásia, distanásia e ortotanásia), bem como o suicídio assistido e como estes procedimentos são realizados, quais suas características. Por conseguinte, buscar-se-á proceder a uma análise sobre responsabilidade jurídica daqueles que realizam o procedimento da eutanásia (responsabilidade penal, civil e ética) e como esta é considerada pelo ordenamento jurídico brasileiro. E, ao final, será procedido um estudo sobre o princípio da preservação da vida humana frente à vontade do paciente em escolher pela morte, abordando-se acerca do princípio da dignidade da pessoa humana e sua relação com a eutanásia, trazendo à tona os prós e contras do procedimento da eutanásia. Impende destacar que, para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizou-se o método de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento; o qual se caracteriza como monográfico e, por fim, ressalta-se a utilização da técnica de pesquisa utilizada, qual seja a pesquisa indireta – bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Eutanásia. Autonomia. Vida. Morte. Dignidade.

A AÇÃO DE PASSAGEM FORÇADA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

MATHEUS MARTINI

JAN CARLOS NOVAKOWSKI

O anseio pela segurança propiciada pela aquisição de bens é inerente a qualquer ser humano. A antropologia não tem conhecimento de sociedades que ignoraram o direito de propriedade. Não obstante, no direito brasileiro o direito de propriedade possui previsão constitucional, uma vez que possui destaque com sua complexa relevância social, sendo um dos mais importantes institutos do direito contemporâneo. A Constituição Federal garante o direito à propriedade, trazendo consigo a obrigatoriedade do proprietário observar a sua função social. Para tanto, possui o proprietário um extenso rol de prerrogativas, na melhor forma de garantir a máxima efetividade dos direitos de uso, gozo e fruição, inerentes ao próprio domínio. Não possui o proprietário apenas o dever de conferir ao seu imóvel função social, mas também o direito de conferir ao seu imóvel função social. Possui a propriedade imóvel clara submissão do seu exercício ao interesse social. O presente trabalho aborda a propriedade no direito brasileiro, relativamente ao direito de passagem forçada, ferramenta existente para aquele proprietário que se encontra com seu imóvel em situação de encravamento, sem saída para a via pública, fonte ou porto. O presente instituto visa à atribuição de função social para aquele imóvel que, em virtude da situação de encravamento, não vem adimplindo com a sua função social, princípio constitucional do direito brasileiro. Em virtude da redação legal do instituto, há forte divergência na doutrina e na jurisprudência quanto à possibilidade de utilizar-se do aqui estudado instituto para aquele imóvel que possui saída para a via pública, fonte ou porto, contudo, não resta esta suficiente para as necessidades do imóvel, bem como para a efetiva atribuição da função social ao imóvel. Nesse sentido, é ressaltado nesse estudo que, aquele imóvel que possui acesso deficitário, penoso, perigoso, extremamente custoso, também faz jus à ação de passagem forçada, em consonância com a visão mais atualizada do Código Civil.

Palavras-chave: Passagem forçada. Direitos de vizinhança. Propriedade. Função social da propriedade.

A DESAPOSENTAÇÃO NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

MAURICIO DE OLIVEIRA BRAVO

ANDRÉ RODRIGUES

O presente trabalho aborda a temática da possibilidade ou não de um aposentado requerer a desaposentação no regime geral de previdência social. Optou-se pelo tema por ser um instituto ainda não regulamentado pelo Poder Legislativo, havendo, conseqüentemente, uma construção doutrinária e jurisprudencial sobre o tema para suprir a omissão legislativa. O sonho de muitas pessoas é a aposentadoria, que após longos e árduos anos trabalhados pleiteiam a concessão de algum dos benefícios disponibilizados pela previdência social e assim ter estabilidade financeira sem precisar continuar no mercado de trabalho, mantendo o mesmo padrão de vida. Todavia, nem sempre a aposentadoria é capaz de garantir a manutenção do beneficiário, considerando os padrões anteriores de gastos, tornando necessário que este, apesar de aposentado, continue no mercado de trabalho, sendo o benefício recebido um complemento da renda. Assim, ao retornar ou continuar no mercado de trabalho, o aposentado mantém-se vinculado à Previdência Social como contribuinte obrigatório, realizando o pagamento das contribuições previdenciárias, no entanto, sem receber benefícios mínimos que justifiquem as contribuições. Por este motivo, surge o instituto da desaposentação. Trata-se da possibilidade de um aposentado continuar trabalhando e contribuindo à previdência social, sendo que em determinado momento renuncia a aposentadoria preexistente, computando o período anterior e posterior de contribuição à concessão deste benefício para obter uma nova aposentadoria mais vantajosa. O trabalho está estruturado em três capítulos, iniciando-se por um estudo histórico-conceitual sobre a previdência social, realiza-se uma abordagem sobre a seguridade social e a previdência social no Brasil, os princípios inerentes do direito previdenciário. No segundo capítulo buscou-se tratar especificamente sobre o Regime Geral de Previdência Social, relatando quem são contribuintes e beneficiários deste regime, a forma de inscrição, filiação e manutenção da qualidade de segurado e as aposentadorias com possibilidade de requerer a desaposentação. Por fim, o último capítulo aborda algumas noções sobre desaposentação e o tratamento normativo sobre o tema no Brasil, as razões que possibilitam a admissão da desaposentação no sistema previdenciário brasileiro e a desaposentação nos tribunais

brasileiros: a questão da devolução dos benefícios e algumas questões que animam o debate sobre a desaposentação. Para a realização deste trabalho monográfico utiliza-se do método dedutivo, em que se parte de conceitos e ideias gerais para se chegar a conclusões específicas. A estratégia metodológica é a pesquisa bibliográfica, eis que pautada na leitura, análise, síntese, interpretação e dedução de conceitos, obras e autores, bem como da leitura da legislação brasileira e jurisprudência pátria necessárias para a fundamentação do tema em estudo.

Palavras-chave: Desaposentação. Renúncia à aposentadoria. Direito previdenciário. Devolução de proventos.

OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO DE DIREITO DA URI – FW SOB A ÓTICA INTERDISCIPLINAR EM CONSONÂNCIA COM A LEI 9.795/99

MAYARA ANDRESSA BONN

RENATA EGERT

O presente trabalho monográfico tem por objetivo estudar a Educação Ambiental e a sua efetiva aplicação no curso de Direito, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus Frederico Westphalen, período noturno, voltando-se, especificamente, para a verificação da real inserção e aplicação do disposto na Lei 9.795/1999, que torna obrigatória o estudo da Educação Ambiental, como disciplina transversal, em todos os níveis de ensino da educação brasileira. Para tanto, realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica e de campo para verificar tal objetivo. A temática ambiental passou por uma longa e demorada construção, na primeira metade do século XX jamais se pensava na necessidade de preservar-se o Meio Ambiente ou então realizar-se ações para recuperá-lo. Entretanto, essa visão foi sendo modificada a medida que diversas catástrofes ambientais foram ocorrendo, com isso, diversos países e entidades mundiais preocuparam-se em realizar conferências mundiais para tratar deste tema. O presente estudo aborda a temática da educação ambiental, de modo a verificar a sua aplicação, conforme dispõe a Lei 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, no curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus de Frederico Westphalen, período noturno. Optou-se pelo tema, por tratar-se de uma regulamentação relativamente nova, mas de extrema importância, haja vista que normatiza a obrigatoriedade da promoção da educação ambiental de forma integrada em todos os níveis de ensino educacional do Brasil. Para a realização deste trabalho monográfico utilizou-se o método dedutivo, como método de abordagem. A estratégia metodológica é a pesquisa histórica, bibliográfica e monográfica, ainda, utilizou-se da técnica de pesquisa de campo, para ser possível indicar-se soluções, frente as hipóteses pesquisadas. Como resultado verificou-se que o Curso de Direito vem realizando importantes iniciativas de modo a inserir a educação ambiental ao currículo obrigatório ministrado aos discentes, para tanto realiza diversas atividades acadêmicas de forma transversal nas disciplinas ofertadas, entretanto, ainda faz-se necessário um maior aperfeiçoamento dos docentes para que a troca de conhecimentos quanto a educação ambiental seja ainda mais eficaz.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ensino Superior. Direito Ambiental. Disciplina Transversal. URI.

O INSTITUTO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO ALTERNATIVA EFICAZ NA PREVENÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

MÔNICA GABI

MAURÍCIO ZANDONÁ

O estudo em comento tem como objetivo abordar e discutir a questão da evolução do Direito de Família no Brasil, tendo em vista a intervenção do Estado nas dinâmicas questões familiares no País, sob a perspectiva da observância do melhor interesse da criança e do adolescente. Nesse passo, é de fundamental importância realizar uma discussão do tema proposto a respeito do poder familiar e seus efeitos no que tange à pessoa dos filhos. Diante do tema, buscar-se-á realizar uma análise conceitual acerca do instituto da Síndrome da Alienação Parental, buscando compreender seus aspectos gerais bem como a origem da Lei nº 12.318/20 (Alienação Parental). O presente trabalho tem por objeto o estudo da mediação como instrumento eficaz na Alienação Parental. A Lei da Alienação Parental nº 12.318/10, a qual foi sancionada no dia 26 de agosto de 2010, tem a finalidade de coibir atos de interferência na formação psicológica sofrida por crianças ou adolescentes. A Alienação Parental trata de um transtorno psíquico que geralmente acontece pela dissolução da união conjugal, quando a guarda do menor é atribuída a um dos genitores ou, ainda, a terceiros. Percebendo essa animosidade, o juiz, na maioria dos casos, tem aplicado a guarda unilateral. Entretanto, esta espécie de guarda favorece o detentor da guarda em razão da sua maior proximidade com o menor, visando afastar o outro progenitor da convivência com a criança. Mesmo que o rompimento da relação conjugal seja de forma amigável, este traz transtornos e consequências indesejáveis para os envolvidos, afetando principalmente os filhos quando ainda menores. O problema se agrava ainda mais quando a separação é litigiosa, na qual caberá ao judiciário decidir quem será o guardião, ou seja, o responsável por cuidar do menor tendo em vista seu bem estar físico, emocional e afetivo. Sendo assim, o objetivo deste estudo será de verificar se a mediação familiar é um instrumento eficaz na solução da Alienação Parental, e se este instituto é capaz de interromper o abuso por parte do alienador sem causar maiores danos psicológicos ao filho, tendo como fundamento legal a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei nº 12.318/2010. Por fim, o tema a ser analisado é de suma importância pois ainda atinge um grande índice de crianças/adolescentes no Brasil, vítimas da Alienação Parental. A criança é

levada a afastar-se do genitor que ama, gerando contradições de sentimentos e destruição do vínculo entre ambos.

Palavras-chave: Poder familiar. Dissolução da união conjugal. Síndrome da Alienação Parental. Mediação familiar.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

NAYARA PREDIGER

TIAGO GALLI

Consagrado na Constituição Federal de 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana serve de base para todo o ordenamento jurídico, derivando dele os demais princípios constitucionais que alicerçam o Direito Penal brasileiro, sendo, portanto, a sustentação das sanções penais em nosso ordenamento. A medida de segurança é aplicada aos inimputáveis e semi-imputáveis que cometem um ilícito penal, nos termos no artigo 26 do Código Penal, devendo estes ser internados em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e na falta deste, em outro estabelecimento adequado, ou ainda, sujeição a tratamento ambulatorial, tais medidas não devem ser consideradas pena, mas uma medida de caráter preventivo e curativo. Sendo a dignidade da pessoa humana um dos pilares do Direito Penal, a aplicação de pena ou medida de segurança, se não fundamentadas neste princípio não têm legitimidade. A medida de segurança é um tratamento ao qual é submetido o autor de um crime que possui doença mental, com a finalidade de cura ou tratamento para torná-lo apto a conviver novamente em sociedade, sem que volte a cometer novo ilícito penal, tendo em vista sua demência. A única finalidade político-criminal legítima na medida de segurança é a preventiva especial, a qual visa evitar cometimento de novo delito pelo indivíduo. Entre as diferenças da medida de segurança e a pena, pode-se destacar o tempo de cumprimento, o qual não é fixado como na sentença condenatória, mais que isso, a lei não estipula prazo máximo de sua duração, sendo critério norteador a cessação da periculosidade do agente, existindo entendimento jurisprudencial que não devem ultrapassar o tempo máximo de cumprimento da pena estipulado para o ilícito cometido. É importante destacar que os estabelecimentos onde os indivíduos cumprem as medidas de segurança são classificados como estabelecimentos hospitalares, e estes estabelecimentos, atualmente, estão sofrendo várias irregularidades, seja devido ao sucateamento, resultante dos escassos investimentos, nos mesmos moldes do sistema prisional brasileiro, seja devido ao descaso para com estes indivíduos. A saúde é direito de todos e dever do Estado, deve ser garantida através de políticas públicas, sociais e econômicas. As políticas públicas devem visar à redução do risco de doenças e de outras

situações agravantes do tratamento, garantindo a estes indivíduos a aplicação plena do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Carta Constitucional.

Palavras-chave: Medida de Segurança. Doença Mental. Princípio de Dignidade Humana.

A PROVA PERICIAL COMO FATOR DE CONVICÇÃO DO JUIZ NO PROCESSO PENAL

PALOMA ALMEIDA

JEAN MAURO MENUZZI

Sabe-se que ao estado foi incumbido o poder-dever de punir o a gente que comete um ilícito, através do processo penal, no qual permite as partes produzirem elementos comprobatórios suficientes para formar uma convicção ao julgador. Logo, cometido um ilícito penal, necessário se faz encontrar seu agente causador, a fim de que este seja punido, sendo que a materialidade e autoria do delito somente serão comprovadas através das provas, assim sendo, as provas não demonstram apenas a existência de um fato criminoso, mas também o seu autor. Porém, dentre os elementos probatórios, um merece destaque, qual seja a prova pericial, a qual através de métodos científicos possibilita uma reprodução da verdade, através dos vestígios deixados quando da realização do crime. O presente trabalho enfatiza um estudo mais aprofundado a respeito das provas no processo penal, em especial, a prova pericial e sua importância para a instrução processual na busca pela verdade. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para as provas no processo penal como um todo. Posteriormente, aprofundou-se na prova pericial, sua natureza jurídica, espécies e sua necessidade segundo o entendimento jurisprudencial. Concluindo este estudo bibliográfico, analisou-se a prova pericial como fator de convicção do juiz no processo penal, bem como sua posição face a outros meios probatórios, abarcando neste contexto, a busca pela verdade no processo penal e o sistema de apreciação das provas. Ademais, analisou-se a pericia realizada de forma particular e sua oficiosidade perante o inquérito policial e o processo judicial e, finalmente, jurisprudências concernentes a decisões fundamentadas em provas periciais.

Palavras-chave: Processo Penal. Verdade real. Provas. Prova Pericial.

A ESPETACULARIZAÇÃO DO PROCESSO PENAL EM CONFRONTO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA

PRICILA LANGNER RAMOS

TIAGO GALLI

O presente trabalho realiza um estudo sobre a influência da mídia no Processo Penal, buscando analisar a influência da espetacularização do processo penal no julgamento do réu, e se tal influencia infringe o princípio constitucional da presunção da inocência. No transcorrer do trabalho foi utilizada abordagem dedutiva e o procedimento monográfico através de pesquisa indireta. Inicialmente tratou-se da origem e da evolução do Direito Penal e Processual Penal, trazendo os princípios e garantias aplicados ao tema. Em seguida, discorreu sobre a mídia como veículo de comunicação e sobre o conflito de princípios encontrado na relação entre a liberdade de imprensa e a presunção da inocência e como isso pode afetar diretamente o estado de inocência dos indivíduos. Por fim, analisou-se a real influência da mídia no processo penal, tanto na produção legislativa, quanto no processamento e julgamento de casos que recebem um grande foco aos meios de comunicação. Concluiu-se, portanto, que a mídia exerce papel fundamental na sociedade e no direito penal e no processo penal, podendo ser uma influência benéfica a sociedade, exemplo disso é quando atua como agente de fiscalização, garantido a transparência e o direito de informação, seja quando da elaboração das normas jurídicas tanto de caráter material quanto processual, onde interesses por vezes casuísticos dominam o debate, resultando na demasiada produção legislativa contraditória ou obsoleta, ou mesmo quando dos julgamentos, quando a mídia já previamente sentenciou o réu, sendo estas eminentemente maléficas a sociedade. Assim, tal papel, por sua profunda influência, deve ser exercido de maneira coerente, ética, e responsável sob pena de macular o princípio constitucional da presunção de inocência, tendo como consequência danos irreparáveis à segurança jurídica e ao indivíduo ou da coletividade.

Palavras-chave: Processo Penal. Presunção de inocência. Mídia.

MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL: CRITÉRIOS DE APLICABILIDADE E LIMITES DE UTILIZAÇÃO

RUTI DOS REIS

VAGNER FELIPE KÜHN

Em um Estado Democrático de Direito, impera o exercício de interpretação, atualização e inovação do Texto Maior por intermédio da mutação constitucional, que se comprova legítima e principalmente nas sociedades complexas e dinâmicas. Neste contexto, surge o problema, de um lado não há dúvida de que a mutação constitucional é praxe na realidade brasileira, mas por outro, é necessário examinar sua legitimidade e limitações, uma vez que pode gerar insegurança jurídica e abalo aos princípios basilares do Estado Democrático de Direito. Dessa forma, as soluções encontradas para dirimir as hipóteses da presente pesquisa monográfica são de suma importância, pois, com isso contribuirão para o aprimoramento dos conhecimentos sobre o tema, assim como formarão um mecanismo informativo a disposição dos acadêmicos, aplicadores do direito, bem como da sociedade. O presente trabalho acadêmico tem como finalidade analisar, fundado na pesquisa bibliográfica, os mecanismos de mudanças da Constituição, observando-se principalmente a mutação constitucional, como seus limites e suas aplicações. Desse modo, surge o problema central, de um lado não há dúvida de que a mutação constitucional é praxe na realidade do Brasil, mas por outro, necessita examinar sua legitimidade e limitação dentro do Estado Democrático de Direito. O objetivo principal é a análise pelos argumentos de diferentes doutrinadores brasileiros e estrangeiro acerca das modificações constitucionais oriundas de processos informais, passando a demonstrar que a reforma constitucional, realizada através de processo formal, não é o único meio de modificar a Constituição. Ainda procurou analisar os limites da aplicabilidade da mutação constitucional, diante do desafio de não extrair a rigidez da Constituição, que trás segurança jurídica para a sociedade brasileira. Não obstante, buscou-se também mostrar que a mutação constitucional está intimamente ligada à interpretação que tudo pode mudar, inclusive o entendimento pacífico dos tribunais. As alterações emanam do ser humano, mas as efetivações das mutações constitucionais necessitam do Poder Judiciário, bem como dos advogados e do Ministério Público com seus poderes de persuasão e a busca incansável da justiça.

Palavras-chave: Direito Constitucional. Mutaç o Constitucional. Hermen tica. Altera o Informal da Constitui o. Controle Difuso.

A GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA DOS INVESTIGADOS NO INQUÉRITO POLICIAL

CAROLINA FARIAS FIGUEIRÓ
OLIVERIO DE VAGAS ROSADO

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito da garantia do direito de defesa do investigado na fase do inquérito policial. Essa peça inquisitiva, o Inquérito Policial garante ao cidadão, garantias almejadas em face de inquérito policial, sendo que essas “garantias” sempre foram tratadas de forma simbólica. É nessa simbologia que temos a ampla defesa e o contraditório. O inquérito por ser um procedimento administrativo-informativo, realizado pela polícia judiciária, que busca reunir número suficiente de elementos probatórios para indicar a ocorrência de um crime e de sua autoria. A ampla defesa será sempre assegurada em qualquer processo judicial ou administrativo. Analisando conforme preceitua os princípios constitucionais de solidariedade e igualdade. A ausência da ampla defesa e do contraditório fazem com que tais direitos aparentemente sejam simbólicos, uma vez que os mesmos são assegurados pela nossa Carta Magna de 1988. Somente depois do ingresso da ação penal é que tais garantias passam a vigorar, aproximando-se o sistema do procedimento acusatório. A maioria da doutrina admite a adesão da ampla defesa no inquérito policial. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para os Sistemas Acusatórios de Investigação. Posteriormente, aprofundou-se sobre a ótica da ampla defesa no inquérito policial. E também sobre a acessibilidade do defensor nos autos do inquérito. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. O trabalho tem por objetivo analisar a incidência da ampla defesa e do contraditório no inquérito policial, analisar o direito de defesa dos investigados no inquérito policial brasileiro. Fazendo uma análise do que pensam os doutrinadores e o que diz a jurisprudência sobre o tema. Identificando desde o princípio, de quando começou o inquérito, seu conceito e sua natureza inquisitória. A compreensão da reforma do novo Código de Processo Penal que tem por objetivo a aproximação do sistema penal a nossa realidade social de hoje. E argumentos favoráveis de correntes doutrinárias opostas com a finalidade de decidir se essas garantias devem ou não ser observadas no inquérito policial.

Palavras-chave: Ampla defesa. Inquérito Policial. Acessibilidade. Digressão Histórica.

O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E SUA APLICABILIDADE NO DIREITO PROCESSUAL MODERNO COM A INSTITUIÇÃO DA LEI N° 13.105/2015

CHANAUANA DE AZEVEDO CANCI

PABLO HENRIQUE CAOVILO KUHLEN

A presente pesquisa aborda a aplicabilidade do Princípio da Cooperação no direito processual contemporâneo, ressaltando a instituição da Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015. Buscou-se aprofundar o conhecimento teórico acerca dos temas tratados, quais sejam, a compreensão dos princípios processuais e a relação que possuem com o processo e a Constituição Federal de 1988; a demonstração de que forma se dá o Princípio da Cooperação, sua conceituação, características, pressupostos e valoração no sistema processual; e, ainda, a comparação entre o código de processo civil vigente e o novo código sancionado, evidenciando de que modo tal princípio pode ser efetivado ao caso concreto seguindo os parâmetros de um direito processual moderno. O trabalho, que possui como linha de pesquisa o Estado Constitucional e cidadania na sociedade contemporânea, permite a análise e a articulação entre os conceitos que envolvem a temática, se levado em consideração a aplicação de princípios na resolução de conflitos existentes entre partes envolvidas em demandas judiciais. Tratando-se do princípio em si, se a finalidade social do direito moderno é tornar o processo judicial um diálogo entre as partes, o princípio da cooperação visa legitimar esse procedimento. Desse modo, ao estudar o meio de abordagem adotado no sistema processual vigente e no novo sistema processual sancionado, permite-se analisar de que forma ocorre a colaboração no processo. Isso quer dizer que esse novo princípio busca legitimar um procedimento que vai além da observância da regra formal, devendo haver uma colaboração de efetividade entre parte autora, parte ré e magistrado, possibilitando que objetivo principal do processo seja atendido. Dito de outra forma, que haja uma cooperação entre os envolvidos em favor da justiça na causa, favorecendo não ao direito, mas as partes envolvidas. O questionamento inicial de pesquisa buscou reconhecer de que forma o Princípio da Cooperação é tratado no sistema processual atual, e ainda, se comparado ao sistema a ser adotado no novo Código de Processo Civil. A fim de cumprir os objetivos propostos ao trabalho, a metodologia adotada é baseada em abordagem de método dedutivo, por meio de pesquisa indireta-bibliográfica, descritiva, explicativa e qualitativa. O Princípio da Cooperação é uma ação conjunta entre as partes e o magistrado, que tem como intuito principal a realização do cumprimento célere e adequado do

direito. Em suma, rege-se pela contribuição mútua entre as partes, observando-se sua previsão expressa no novo Código de Processo Civil, necessitando estar ajustado ao contexto contemporâneo, refletindo dessa forma, os valores e fundamentos que estampam o Estado Democrático de Direito. Os estudos realizados apontam que, apesar de o princípio em apreço ser uma modalidade que não está completamente difundida, encontra-se em ascensão, fazendo parte, expressamente, do novo Código de Processo Civil, além da formação de doutrina e jurisprudência. Dessa forma, pode-se observar que muito embora a demanda social atual seja ampla, o legislador tem buscado adequar a norma/texto legal a parâmetros que correspondam aos anseios da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Princípios. Cooperação. Código de Processo Civil. Direito. Contemporâneo.

DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DA MACONHA

CRISTIÉLEN DE ANDRADE

DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER

O presente trabalho monográfico realiza uma pesquisa acerca da possibilidade da descriminalização do uso da maconha no Brasil, uma vez que o consumo das drogas aumenta gradativamente e se torna um grande problema de saúde, segurança e justiça pública, o que se almeja é verificar se o nosso ordenamento jurídico comporta um sistema proibicionista em relação à maconha, pois parece que muitos jovens acabam vítimas dessa política criminal de drogas. Deste modo, destaca-se que é um tema polêmico até mesmo quando se refere ao surgimento da política antidrogas no país e os fatores políticos e econômicos que possivelmente a influenciaram. A maconha quando administrada para fins terapêuticos possui uma imensidão de benefícios, mas não se pode ser desconsiderado os malefícios quando administrada por usuários, principalmente jovens, entretanto quando comparada a outras drogas percebe-se que os riscos para a saúde são menores. Não o bastante, a grande preocupação é no tocante ao advento da Lei n.º 11.343/2006 que apenas retirou a pena privativa de liberdade para os usuários e aumentou a pena para os traficantes não conceituando os agentes para diferenciá-los, assim almeja-se analisar se isso contribui para a marginalização de usuários e indiretamente se acaba escolhendo a população carcerária. Assim este trabalho monográfico buscou impulsionar um tema em evidência através de pesquisas e estudos científicos que trazem dados e estabelece todas as dimensões, impulsionando as principais críticas doutrinárias existentes no mundo jurídico para esta temática. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir do estudo em livros, jurisprudências e principalmente em cima de artigos científicos. Estes, notadamente engajados no tema, foram colhidos na internet, sendo descartados todos os artigos que não fossem publicações de periódicos científicos e fontes seguras, uma vez que, o assunto está extremamente em voga e as fontes mais atualizadas e aluídas ao tema só puderam ser encontradas desta forma. Deste modo, verificou-se que descriminalizar o uso da maconha poderia trazer efeitos positivos, pois se considerarmos exames científicos voltados para as drogas, uma legislação dura talvez não seja o melhor caminho para solucionar os problemas da área da segurança, saúde e justiça pública, pois criminalizar essa conduta parece não estar surtindo melhoras na situação que envolve as drogas. A maconha por ser a droga ilícita mais

utiliza, com seu uso descriminalizado, poderia colaborar para evitar muitas injustiças, desafogar a população carcerária associada ao tráfico e assim contribuir significativamente para uma melhora na atual política de drogas do país, mas em razão de não haver estudos empíricos na área, os resultados favoráveis ficam no plano das ideias e perspectivas.

Palavras-chave: Maconha. Descriminalização. Injustiças. Política Criminal

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA É REGRA DE PROCEDIMENTO OU REGRA DE JULGAMENTO?

DANIELA TERESINHA ROSA

PABLO H. CAOVIALLA KUHNEN

O presente trabalho monográfico tem por objetivo a inversão do ônus da prova no direito do consumidor e o momento em que este é estipulado, se é uma regra de procedimento ou de julgamento. Ou seja, se o momento adequado seria no despacho saneador ou no momento da sentença. O direito do consumidor busca proteger e atender as necessidades do indivíduo e da coletividade frente à ordem econômica que vivemos. Um dos problemas da sociedade refere-se ao acesso à justiça, e neste aspecto podemos observar que o Código de Defesa do Consumidor é uma lei exemplar, que prevê o acesso do consumidor à justiça reconhecendo sua vulnerabilidade na relação de consumo e estabelecendo regras que o protege visando o equilíbrio da relação, a paridade das partes respeitando suas desigualdades é por buscar a igualdade nas relações de consumos que existem regras e princípios básicos de proteção ao consumidor, dentre esses a inversão do ônus da prova onde é tema do presente trabalho por sua tamanha importância na busca pela igualdade entre as partes, o fornecedor que detém o monopólio dos meios de produção, é ele, portanto quem dita as normas e regras do mercado de consumo por isso a parte mais fraca necessita de regras e normas que lhe de proteção, seja por meio de uma legislação tutelar ou um instrumento capaz de por em prática essa proteção., a inversão do ônus da prova vem proteger o consumidor podendo o juiz inverter o ônus em favor do consumidor sempre que comprovado sua hipossuficiência e verossimilhança das alegações. O momento processual adequado para a inversão deste ônus pelo magistrado não foi determinado no Código de Defesa do Consumidor. Ocorreu, portanto, uma lacuna que ao tentar ser suprida tanto pelo Judiciário quanto pelos doutrinadores, buscando-se embasamentos tanto no Código de Processo Civil, bem como na Constituição Federal, e é claro no próprio Código de Defesa do Consumidor, acabou por gerar grandes divergências e consequentemente uma grande polêmica sobre o tema. Porém ocorrem grandes discussões em torno da não determinação pela Lei nº. 8.078/90 do momento da inversão do ônus da prova ocorrendo então muitas controvérsias na doutrina e jurisprudências sobre a aplicação do instituto, diante dessa omissão, criaram-se dois posicionamentos, sendo que o primeiro menciona que a inversão do ônus da prova é uma regra de julgamento; enquanto o segundo

refere tratar-se de uma regra de procedimento. E o presente trabalho vem estudar essa divergência sobre momento da inversão do ônus da prova.

Palavras-chave: Direito do Consumidor. Inversão do ônus da prova. Momento processual. Hipossuficiência e verossimilhança.

A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR VIOLAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

DAYANE MARIA ENDRIGO

CÉSAR RIBOLI

Por se tratar de direito público e ser um procedimento que envolve patrimônio público, o processo licitatório é meio de garantir a forma mais justa para contratação de obras, serviços, aquisição e alienação de bens e produtos, evitando qualquer benefício, seja em pecúnia ou outro meio, a terceiros e ao próprio agente. Este trabalho tem como objetivo o estudo referente a responsabilidade dos agentes públicos pela lei de licitações e quais as consequências para o agente, dentro de suas atribuições, caso ocorra a transgressão do diploma legal, bem como os princípios que o acompanham, utilizando o método bibliográfico a fim de desenvolver e trabalhar melhor estas consequências, baseando-se, principalmente, no ordenamento jurídico pátrio, em especial a lei 8.666/93, o qual serviu de fonte para a realização do presente trabalho monográfico. Partindo deste prisma, para a realização e execução do presente trabalho utilizou-se do método bibliográfico, onde parte-se dos conceitos e ideias extensivas, chegando assim a conclusão específica, qual seja, apurar a responsabilidade das infrações geradas pela violação dos agentes públicos em relação a lei de licitações. A estrutura está pautada em leituras, análises, sínteses, interpretação da legislação demandada ao tema, bem como obras e autores que elencam e embasam o estudo. O trabalho está estruturado em três capítulos. Enfatizou-se uma análise conceitual dos agentes públicos, em todas as suas espécies, diante do explanado na letra da lei e das doutrinas que a cercam e seu papel fundamental, quanto a realização do procedimento licitatório, bem como abordou-se os entes que devem observar a lei de licitações e a aplicação do procedimento licitatório aos entes da Administração Indireta. Posteriormente, examinou-se, de modo amplo, os princípios que regem a Administração Pública e conceituou-se o que vem a ser a licitação. Ainda, quanto aos princípios, elencou-se quais são exclusivos da licitação, e sua grande relevância, para o certame e que vem, de maneira acentuada, influenciar o bom desenvolvimento deste, ilustrando através de um estudo minucioso das doutrinas e leis constitucionais e infraconstitucionais. Concluindo a análise bibliográfica, verificou-se as modalidades que integram a licitação, bem como os casos facultados de dispensa e inexigibilidade do processo licitatório. Desta forma, partiu-se do pressuposto de quais são as consequências destes agentes

públicos, juntamente com a comissão de licitação quanto a violação do estabelecido na lei de licitações e os princípios que a norteiam. Ademais analisou-se as responsabilidades, como consequência do ato ilícito, bem como os casos ponderáveis para a anulação e revogação do certame e finalmente a jurisprudência, como fonte de construção e base sólida para o desenvolvimento do trabalho monográfico, concernentes a responsabilidade em suas esferas do agente público.

Palavras-chave: Lei de Licitações. Agentes Públicos. Violação. Responsabilidades.

A SELETIVIDADE DO DIREITO PENAL: UMA ANÁLISE DOGMÁTICA E CRIMINOLÓGICA

DÉBORA EUNICE PÖTTKER

DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER

A criminologia busca compreender o homem delinquente, aprofundando seus estudos chegando até aos princípios morais de cada um e os meios que podem ter influenciado os indivíduos a se tornarem delinquentes, estuda ainda sobre o modo como a sociedade lida com estes criminosos. O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito do sistema penal e busca demonstrar como ele age de forma seletiva, rotulando e criminalizando os indivíduos mais vulneráveis na sociedade, mostrando também que essa parcela da população além de ser a maior atingida com o fato da seletividade ainda assiste a impunidade daquelas que possuem outra classe social. Para a realização deste trabalho, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Assim sendo, estudam-se inicialmente as escolas criminológicas, as quais analisavam o crime e o criminoso buscando respostas sobre a criminalidade, após a pesquisa é voltada para a teoria do *labelling approach*, esta que trouxe mudanças ao estudo do crime, mostrando um novo ponto de vista, analisando a criminalidade como uma característica que é atribuída ao homem sendo estigmatizado pela sociedade. Para concluir foram analisados também os dados estatísticos e os índices do sistema prisional, buscando demonstrar a veracidade sobre a operacionalização do sistema penal, o qual mostrou a realidade e a ineficácia deste método através dos altos índices de reincidência, por exemplo, ficando claro que deste modo não ocorre a ressocialização.

Palavras-chave: Sistema Penal. Seletividade. Criminalidade. Ressocialização.

UMA ANÁLISE ACERCA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO QUE CONCERNE AO PROCEDIMENTO REFERENTE À APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

EVANDRO PASTERCHAK

JEAN MAURO MENUZZI

O presente estudo acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente no que concerne ao procedimento referente à aplicação das medidas socioeducativas pelo Ministério Público, tem como premissa instigar a compreensão e aplicabilidade da doutrina da proteção integral no âmbito das medidas socioeducativas. Para tanto, num primeiro momento, o presente estudo traz o conceito de criança e adolescente segundo o disposto no estatuto, para em seguida apresentar a contextualização nacional e internacional em relação à criança e ao adolescente. Ao depois, apresenta-se a doutrina da proteção integral, como um emaranhado de valores e princípios, através dos quais se visualiza os direitos da criança e do adolescente, de forma ampla, protetora e principalmente prioritária, visando sempre resguardar a infância e a imaturidade dessa classe em peculiar processo de desenvolvimento bem como sua relação com a criança e o adolescente vítima e, posteriormente, traz-se a baila o direito contramajoritário, a fim de instigar na busca de uma maior igualdade à criança e ao adolescente, em razão de sua vulnerabilidade social, além de garantir que essas minorias tenham seus direitos respeitados. Para tanto, destaca-se que o direito contramajoritário não é uma nova doutrina, apenas conceitua algo que vem beneficiando a criança e do adolescente, a partir da implementação da doutrina da proteção integral. Neste sentido, ressalta-se que o direito contramajoritário busca uma maior igualdade à criança e ao adolescente, em razão de sua vulnerabilidade social, além de garantir que essas minorias tenham seus direitos respeitados. Outrossim, o presente estudo apresenta a proteção diferenciada a criança e ao adolescente, uma vez que tal proteção abarca uma série de direitos fundamentais, como por exemplo, o direito a vida, pois segundo a Constituição de 88, tal direito é tutelado desde a concepção, impondo-se o dever de implemento ao Estado, de políticas que viabilizem o nascimento sadio. Esta tutela jurisdicional tem, dentre as suas características, a instrumentalidade e a precariedade. No que concerne à instrumentalidade, a tutela consiste em instrumento de defesa social e educação do adolescente, enquanto que a precariedade conduz à provisoriedade das medidas judiciais adotadas, de modo que, cumprida a sua finalidade,

esgotada está a finalidade da tutela. Por fim, o texto traz alguns dados em âmbito nacional, bem como da Comarca de Frederico Westphalen/RS, acerca das medidas socioeducativas, como um bônus informativo a mais ao leitor.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas. Direito contramajoritário. Proteção integral.

A IMPENHORABILIDADE DOS BENS DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

FLÁVIA CRISTINA STEIN

CESAR RIBOLI

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito da possibilidade ou não de penhora dos bens das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, de acordo com as decisões jurisprudências inerente em nosso atual ordenamento jurídico pátrio. Para o presente trabalho se fez o uso do método dedutivo, o qual foi utilizado como método de abordagem, e foi ainda utilizado o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Primeiramente, o eixo do presente estudo foi descrever conceituar e classificar os bens públicos como instrumentos da prestação de serviços públicos. Posteriormente, aprofundou-se na temática sobre como os serviços públicos são um mecanismo de atendimento das finalidades públicas através dos institutos da afetação e desafetação. Abordou-se também os conceitos de afetação e desafetação elencados pela doutrina, em suas variadas formas. Ainda, quanto aos objetos desta presente monografia demonstrou-se e explicou-se a concepção que atualmente conhecemos como sendo de pessoas jurídicas de direito privado, bem como o seu regime jurídico. Por fim concluiu-se este estudo bibliográfico, analisando a impossibilidade de penhorabilidade dos bens das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos durante o período que estejam prestando determinado serviço à luz da nossa atual jurisprudência. Apesar disto, tem-se ainda grande parte de nossa doutrina e jurisprudência a qual vem entendendo em sentido contrário, afirmando que em inculáveis vezes procrastinamos aos particulares, nesta situação em tela as pessoas jurídicas de direito privado à prestação dos serviços públicos. Juntamente com esse ônus acarretado pela transferência acaba por existir o ônus da alteração do regime jurídico a elas implementado, assim sendo pode-se concluir que sempre que os bens das pessoas jurídicas de direito privado que estiverem afetados a prestação de um serviço público e atendendo uma finalidade pública deve se afastar o instituto da penhora durante o período que perdurar o fornecimento do serviço para melhor atender as necessidades coletivas em face do princípio da continuidade anteriormente mencionado.

Palavras-chave: Bens. Pessoas jurídicas. Prestação de serviço público. Impenhorabilidade.

O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO E RESGUARDO DOS DIREITOS HUMANOS

GABRIELI ALBARELLO

LUCIANA BORELLA CAMARA ARDENGHI

O presente trabalho monográfico tem por temática abordar o papel do Estado na efetivação dos Direitos Humanos, dentro do contexto de um Estado Democrático de Direito. Não obstante os inúmeros programas sociais com esse fim, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que, de fato, o que está disposto na Constituição Federal de 1988 e nos Tratados de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, possa ser colocado totalmente em prática e respeitado. O problema jurídico da pesquisa questiona qual é, de fato, o grau de empenho do Estado na efetivação dos Direitos Humanos, ou seja, na promoção acima de tudo, da dignidade humana. Assim, a pesquisa mostra-se socialmente relevante, trazendo à baila um assunto delicado, e por muitas vezes, ignorado por trás do véu do desconhecimento acerca da importância que significam dentro de um Estado Democrático. A busca pela efetivação e resguardo dos Direitos Humanos é dever do Estado e resultado de lutas históricas em prol do seu reconhecimento. Assim, a ideia central deste trabalho é tratar sobre a responsabilidade do Estado na proteção dos Direitos Humanos. Para sua realização, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo foi o surgimento do Estado como um todo, sua evolução, conceito e origem. Falou-se também sobre as teorias do surgimento do Estado, e sobre sua evolução até se tornar um Estado Democrático de Direito. Posteriormente, apresentou-se os Direitos Humanos e os principais tratados em que o Brasil é signatário. Apresentou-se qual a responsabilidade do Estado após a Constituição de 1988 com relação aos Direitos Humanos. Tratou-se sobre consolidação da democracia no Estado Brasileiro. Por fim, concluiu-se analisando o papel do Estado na efetivação dos Direitos Humanos, qual a eficácia dos Direitos Humanos no Brasil, as possibilidades de condenação do Estado que deve ser garantidor e prover os Direitos Humanos, alguns casos históricos sobre o assunto, a posição doutrinária sobre o tema e a evolução jurisprudencial.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Estado Democrático de Direito. Promoção dos Direitos Humanos.

A INCIDÊNCIA DA COISA JULGADA NAS AÇÕES DE ALIMENTOS

GISELA ROHENKOHL DOS SANTOS

PABLO HENRIQUE CAOVILO KUHLEN

Com toda a modernização ocorrida ao longo das gerações, desde os primórdios da humanidade, onde foram surgindo os primeiros resquícios de direito dentre as pessoas, veio evoluindo com o passar dos anos e atingiu principalmente a forma de relação familiar, pois as primeiras entidades familiares de nada têm a haver com as famílias do século XXI. A modernização chegou às entidades familiares, onde as mudanças foram inúmeras, onde o poder não está mais concentrado apenas nas mãos do patriarca da família, e sim passou a ser dividido entre pai e mãe, cada qual com sua parcela de direitos e deveres dentro desta entidade. Essa questão do poder se estendeu entre ambos os cônjuges passou a abranger toda a forma da relação familiar, tanto das decisões, como a forma de sustento da prole, passou-se a ter o dever estendido a ambos. Porém, tal situação foi acompanhada por um acréscimo considerável de tipos de famílias, saindo da típica família formada por homem e mulher, assim como a maior incidência de separações e filhos havidos fora do casamento, surgindo assim uma demanda muito grande de ações alimentares, buscando direito a alimentos para uma melhor qualidade de vida. O presente trabalho tem com objetivo geral o estudo da ocorrência na coisa julgada nas ações de alimentos na legislação Pátria, doutrina e jurisprudência dos tribunais, com objetivo específico de pesquisar a ocorrência ou não desse fenômeno processual nas ações relativas a alimentos segundo a legislação Pátria, doutrina e jurisprudência, observando com base nesses institutos o que realmente ocorre nesse tipo de ação. Tendo início tal pesquisa pela base histórica desde os primórdios da sociedade, onde começaram a surgir os primeiros vestígios de lei em sociedade na questão familiar, passando a abordar a coisa julgada propriamente dita abordando a conceituação desse fenômeno processual, seus limites, coisa julgada material e formal, os tipos de preclusão dentre outros assuntos referentes ao tempo. Posteriormente passou-se a estudar sobre a ocorrência da coisa julgada dentro das ações de alimentos avaliando a doutrina majoritária, assim como os posicionamentos jurisprudências. A pesquisa contou forte divergência entre os doutrinadores e jurisprudências referente ao assunto.

Palavras-chave: Alimentos. Coisa julgada. Jurisprudência. Tribunais.

COMPETÊNCIA TERRITORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO BRASILEIRA EM TRABALHOS INTERNACIONAIS

JOICE ALINE DE MORAES

TARCÍSIO VENDRUSCOLO

O presente trabalho enfatiza o regramento sobre as novas competências de atuação da Justiça do Trabalho brasileira, bem como seus órgãos, principalmente quando se trata de empregados laborando fora do seu local de domicílio, seja em outra cidade, estado ou país, visando um melhor e mais fácil acesso a Justiça trabalhista por esses empregados. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco do estudo deste trabalho foi direcionado à evolução histórica da Justiça do Trabalho Brasileira até os dias atuais, posteriormente foi direcionado à distinção de jurisdição e competência, e o desenvolvimento do estudo sobre a Competência Material da Justiça Laboral, abordou também os casos cabíveis de incompetência da Justiça do Trabalho e, ainda, abordou também no que tange às Competências em Razão das Pessoas, a Competência por Distribuição, Competência em Razão da Função e por fim, analisou-se sobre a temática principal deste trabalho, o enfoque à Competência Territorial da Justiça do Trabalho, identificando as hipóteses da propositura da ação no local da prestação de serviços, bem como as hipóteses de propositura da ação no local do domicílio do obreiro, com entendimentos doutrinários e jurisprudências a respeito, analisou-se ainda o cancelamento da Súmula 207 do TST, bem como a aplicação da Lei 7.064/82. Por fim, pode-se verificar sobre a Competência Territorial, ou também chamada em razão do lugar, é o critério que determina qual o local para a propositura da ação, é a delimitação do território, a circunscrição geográfica para atuação das Varas Trabalhistas, TRTs e TST. Assim como estabelece a norma consolidada, que a ação deverá em regra ser proposta no local da prestação de serviços, mesmo que tenha sido contratado em outro local. Para os casos de empregados agentes ou viajantes comerciais, a ação deverá ser proposta na localidade onde a empresa tenha agência ou filial. Nos casos de empresas que promovam atividades fora do local da celebração do contrato, é garantido ao empregado a propositura da ação no local da celebração do mesmo ou no local da prestação de serviços. No tocante a empregado brasileiro laborando no estrangeiro, aplicar-se-á a norma brasileira aos casos em que a empresa estrangeira possua

agencia ou filial no Brasil, salvo se houver convenção em contrário. Ainda, contemplou os casos previstos na Lei 7.064/82, a qual regula a situação de empregados contratados no Brasil e os transferidos para o estrangeiro. Por tanto, a competência a ser utilizada para melhor aplicação da legislação trabalhista par os trabalhos exercidos no exterior, bem como os trabalhos exercidos fora do local da contratação, são as regras da competência territorial da Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Jurisdição. Justiça do Trabalho. Competências. Competência Territorial.

DA RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO E SUA APLICABILIDADE NO ATUAL CONTEXTO JURÍDICO

JULIANA FERNANDA SANTOS TRINDADE

TARCISIO VENDRUSCOLO

As relações de trabalho datam de muito tempo e com o transcorrer deste, foram evoluindo e transformando-se acompanhando as mudanças que ocorreram nas relações humanas. Prova disto são as transformações que aconteceram ao longo dos anos, pois nos primórdios, as formas de relação de trabalho eram a escravatura e a servidão, tendo um sentido negativo. Todavia, a sociedade evoluiu e juntamente com ela o conceito e significado do trabalho e as questões referentes a proteção ao trabalhador e as relações empregatícias. A discussão que pretende desenvolver-se neste trabalho visa o estudo e a compreensão do instituto da rescisão indireta do contrato de trabalho, pois a relação de emprego está presente na vida da grande maioria dos brasileiros e não é incomum o rompimento da mesma. Podendo tal fato ocorrer por diversos motivos como: por culpa do empregado, por interesse do empregado, por decisão do empregador, por culpa recíproca ou por culpa do empregador, sendo a última o foco da presente monografia. Sendo esta uma situação que faz parte do cotidiano de tantos cidadãos justifica-se a importância da análise aprofundada deste assunto. O presente trabalho acadêmico tem por propósito estudar as relações de emprego e as formas de rescisão do contrato de trabalho, verificando-se num primeiro momento todas as formas previstas de rompimento da relação de emprego. O objetivo específico é verificar quais são as hipóteses previstas que possibilitam ao empregado rescindir o contrato de emprego por ato faltoso cometido pelo empregador, ensejando assim a rescisão indireta do pacto empregatício. Como metodologia de estudo, foi explorado o método dedutivo que se baseia em argumentos gerais para se buscar pensamentos específicos. A reflexão está baseada em proposições de Sergio Pinto Martins, Mauricio Godinho Delgado, Amauri Mascaro Nascimento e também jurisprudências do Tribunal Regional do Trabalho. A análise mostrou que as relações de emprego datam de longa data e foram evoluindo com o passar do tempo, acompanhando a dinâmica das relações econômicas, humanas e sociais. Foi possível também averiguar as causas do rompimento e extinção do pacto laboral, sendo que está pode ser dar por diversas formas: por culpa do empregado, por culpa recíproca, sem justa causa ou por culpa do empregador. Sendo esta última opção a que mais propriamente estudou-se. Pode-se concluir

ainda, que a rescisão indireta é uma importante figura nas relações de trabalho, visto o empregado faz parte do polo mais exposto da relação contratual. Apurou-se que os tribunais do trabalho estão sendo de grande importância para a análise e atualização do assunto, visto que há muitas lacunas deixadas pela lei e que não estão condizentes com as relações de emprego atuais. Desta forma são estes que estão através de suas decisões e posicionamentos contemporâneos às modernas relações de trabalho contextualizando a figura da rescisão indireta do contrato de trabalho.

Palavras-chave: Contrato de trabalho. Empregado. Rescisão indireta.

O EMPRÉSTIMO BANCÁRIO: LIMITES CONTRATUAIS E O DIREITO DO CONSUMIDOR

MARCELO ANDRÉ GREGIANIN

JAN CARLOS NOVAKOWSKI

Ao buscar incessantemente informações para o desenvolvimento do presente trabalho, vislumbra-se que é notória e muito além vai a discrepância utilizada pelas instituições bancária quanto à sobreposição de hierarquia aplicada singularmente nas contratações bancárias. O nível de que a instituição está alocada a coloca numa esfera muito superior ao passo de não haver uma contestação em tempo hábil de pontos obscuros ou incontroversos na relação de consumo. A partir dessa investigação com mais afinco, verifica-se que é verídica a informação que não é dada a atenção devida às relações de consumo de serviços bancários, tanto do consumidor que utiliza os serviços oferecidos quanto às instituições principalmente no que diz respeito à imposição de regras e encargos nos contratos, sendo que muitas vezes totalmente imprópria e sem respaldo de regulamentação, ou seja, lesando absurdamente a parte inferiorizada, que é o contratante. O objetivo deste trabalho é demonstrar as cláusulas abusivas que permeiam os contratos bancários através do contorno da evolução da sociedade, a qual originou a necessidade da elaboração do Código do Consumidor, modalidade contratual esta que permeia sobremaneira as relações consumeristas, e, também, os princípios norteadores, estes que direcionam uma atuação equânime no momento da contratação a fim de se evitar uma onerosidade excessiva para o consumidor, considerado hipossuficiente nas questões de consumo. Servindo-se dos ensinamentos doutrinários, bem como da jurisprudência pertinente às questões demonstradas, em suma, utilizou-se da pesquisa bibliográfica para tecer os contornos condizentes à atuação das instituições financeiras, em respeito ao seu cliente e também consumidor. Demonstrar-se á a exigibilidade de uma atuação pontual do Poder Judiciário para coibir as artimanhas das instituições financeiras tendentes a se locupletar de maneira contrária ao ordenamento jurídico. É relevante o estudo à medida que conceitua o contrato bancário como abarcado pelo Código de Defesa do Consumidor, e, portanto, devendo ser extirpado daquele as condições abusivas que causam onerosidade excessiva para o consumidor.

Palavras-chave: Ação revisional. Contrato Bancário. Feneratício. Bancos. Cláusulas Abusivas.

ADOÇÃO POR CASAL HOMOAFETIVO À LUZ DAS NORMAS DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO E DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI N. 8.069/90)

MÁRCIO JONES NEGRINI JUNIOR

CÉSAR LUÍS PINHEIRO

De início cumpre destacar acerca da importância do instituto da adoção, o qual é uma modalidade artificial de filiação pela qual aceita-se como filho, de forma voluntária e legal, um estranho no seio familiar, pelo vínculo sócio afetivo e não biológico. É muito utilizado por casais que não conseguem, por questões físicas ou biológicas, gerarem uma criança, tornando-se assim um ato de afeto, amor e coragem. A Lei civil e principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) regulamentam o instituto da adoção, seus requisitos, como são os procedimentos e as responsabilidades assumidas pelos pais, os quais são sabedores que não há diferenciação nenhuma, civilmente quanto socialmente, aos filhos que forem concebidos naturalmente. O estudo em comento objetiva analisar sobre a possibilidade do instituto da adoção ser realizado por casais homossexuais, dentro das normas prescritas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e das Leis Civis vigentes no País nos dias de hoje. Certo é que não há autorização expressa para tanto no ordenamento jurídico brasileiro e, quando isso ocorre, ou seja, de haver lacunas na Lei, necessário se faz o julgamento baseado na analogia, nos costumes e nos princípios gerais de direito, conforme prescreve a Lei de Introdução ao Código Civil (art. 4º). Diante desta sistemática, primeiramente procurar-se-á analisar e fazer um estudo acerca do instituto da família, no Direito Civil e, posteriormente, analisar-se-á os princípios e conceituações trazidas pela Lei n. 8.069/90. Em um segundo passo, será necessário compreender o instituto da adoção e as formalidades exigidas pela Lei. E, por fim, pretende-se avaliar os entendimentos jurisprudenciais e doutrinários acerca da adoção por casais do mesmo sexo e quais as influências na sociedade e na vida dos adotados, bem como entender o posicionamento da psicologia sobre o tema em questão. Torna-se perceptível, pelo estudo prévio realizado que, a grande maioria da doutrina e jurisprudências dos vários Tribunais não veem qualquer impedimento para que este procedimento seja realizado, sem nenhum dano psicológico ou social conforme se verá ao longo da pesquisa. Ainda, necessário se faz destacar que, para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizou-se o método de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento; o

qual caracteriza-se como monográfico e, por fim, ressalta-se a utilização da técnica de pesquisa utilizada, qual seja, a pesquisa indireta – bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente. Direito Civil. Adoção. Casais homossexuais. Possibilidade.

ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS DIANTE DA INCIDÊNCIA DE ATOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRATICADOS CONTRA A MULHER EM FACE DE SITUAÇÃO DE COABITAÇÃO

MARCO ANTONIO SALDANHA

OLIVERIO DE VARGAS ROSADO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo realizar o estudo diante da incidência de atos de violência doméstica, praticados contra a mulher em face de situação de coabitação em seu âmbito familiar, com base na Lei 11.340/2006, que foi aprovada em 07 de agosto de 2006. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. A instrução da nova lei possibilitou efetuar as diversas maneiras de sanar a violência doméstica contra a mulher, a nova lei trouxe novos mecanismos em que possibilita o Estado de adotar medidas para proteção em face da mulher, trazendo à mulher maior confiança e proteção, e assim, poderá facilitar à mulher novas formas de concretizar um maior número de denúncias para sua defesa. O principal objetivo do trabalho monográfico é estudar e compreender as formas em que são classificado e procedida as modalidades de violência doméstica e familiar contra a mulher, outrossim, como proceder a identificação do agressor e quais as medidas entre outros recursos que facultativa a solução do conflito no seu âmbito familiar. Portanto, basta existir uma relação de afetividade entre os sujeitos que podem decorrer do relacionamento amoroso da mulher com o marido ou ex-marido, o companheiro que reside em sua moradia ou ex-companheiro, como também parentesco em sentido amplo como exemplo pai, irmão, cunhado etc. Quanto a definição de quem são os sujeitos do crime. Contudo o tema é muito recente, e de uma grande importância ao ordenamento jurídico bem como entre a sociedade em geral que tem por fins a investigação dos elementos de proteção em benefício da vítima de violência doméstica.

Palavras-chave: Violência doméstica. Agressor. Ofendida. Processo Penal.

DA POSSIBILIDADE DE SE TER O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO COMO UM DOS PRINCIPAIS FUNDAMENTOS PARA O ATIVISMO JUDICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO

MILTON GUSTAVO MACHADO

TARCISIO VENDRUSCOLO

O ativismo judicial é um assunto extremamente recente, comparando-se com outros termos do mundo jurídico que remontam à antiguidade, por exemplo, mas já se mostra de grande relevância na atualidade. A postura ativista tem sido cada vez mais verificada nas decisões dos tribunais, tanto no Brasil como em outros países, e provoca reflexos importantes na vida das pessoas. Não tão recente é o princípio da proteção, específico do ramo do Direito do Trabalho, que surgiu ao mesmo tempo – se não antes – deste, num contexto histórico de luta dos trabalhadores por direitos básicos nunca antes conferidos pelo Estado. Mesmo sendo antigo, tal princípio ainda é fundamental na aplicação das normas trabalhistas. O presente trabalho objetiva verificar se o princípio da proteção, próprio do Direito do Trabalho, serve como um dos principais fundamentos para o ativismo judicial no Brasil. Para tal, faz-se uma análise sobre o conceito de ativismo judicial, seu aspecto histórico, seus limites e o fenômeno da judicialização; em seguida, passa-se ao estudo do princípio da proteção, sua definição, qual seu alcance e suas variadas formas de aplicação, que são a regra “in dubio pro operario”, a regra da norma mais favorável e a regra da condição mais benéfica. Por fim, são reunidas algumas das principais decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho, revestidas de uma postura ativista, com especial atenção às que dizem respeito à greve dos servidores públicos e à terceirização. Conclui-se que há dificuldade em utilizar o princípio da proteção como base por não estar inserido na legislação positiva, mas nada impede que o magistrado, desde que de forma fundamentada e nos limites legais, faça uso dele, visto que sua validade está ligada indissolavelmente à própria existência do Direito do Trabalho.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Ativismo Judicial. Princípio da Proteção.

CARGA DINÂMICA DA PROVA DISPOSTA NO ART. 373 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

TAINARA RAFAELA KOHLRAUSCH

VAGNER FELIPE KÜHN

O presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo sobre a teoria da distribuição dinâmica da prova disposta no artigo 373 da Lei nº 13.105/2015 e sua relação com o princípio constitucional do princípio legal, principalmente analisar se a aplicação dessa teoria no ordenamento jurídico brasileiro poderia ser uma afronta ao referido princípio. A referida teoria trata-se de que o ônus da prova deve recair sobre a parte processual que se encontra em melhores condições profissionais, técnicas ou fáticas – até mesmo financeiras – para produzir a prova do fato que está controverso. A importância no estudo do presente tema se dá a partir de que o direito à prova é um dos corolários do princípio constitucional do devido processo legal, sendo que este é de extrema importância para a efetividade do acesso à justiça. Já o devido processo legal busca assegurar a observância das normas processuais no decorrer do litígio, bem como assegurar uma decisão razoável. É necessário o estudo sobre as regras que regem o ônus da prova no nosso ordenamento, pois há uma estreita ligação destas com o acesso à justiça. O presente trabalho trata do uso da distribuição dinâmica do ônus da prova na Lei nº 13.105/2015, a qual instituiu o Novo Código de Processo Civil Brasileiro, principalmente sobre sua relação com o devido processo legal. Para a realização do mesmo, foi utilizado o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Primeiramente, o enfoque deste estudo bibliográfico foi a origem histórica do princípio constitucional do devido processo legal, bem como uma observação de seus subprincípios, finalizando com uma análise do instituto do ônus da prova. Após, embrenhou-se em um estudo com foco na teoria da carga dinâmica da prova em si, fazendo-se um apanhado histórico e discutindo sobre a sua origem controversa. Além disso, definiu-se que haviam algumas limitações à sua aplicação, como observar o respeito ao contraditório, a presunção de legitimidade dos atos e a ausência de impossibilidade probatória reversa. Concluindo esta pesquisa bibliográfica, analisaram-se os projetos de lei que tratavam do tema e os trâmites legais que culminaram na aprovação da Lei nº 13.105/2015, positivando a teoria em estudo. Ademais, fez-se uma análise de quais seriam os requisitos materiais e processuais para a sua

aplicação e como ela poderia ser adequada ao princípio do devido processo legal, de modo a contornar as críticas realizadas.

Palavras-chave: Carga dinâmica da prova. Devido processo legal. Código de Processo Civil. Ônus da prova.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS CAUSADOS AOS PARTICULARES

TALITA KARINE SOARES

CESAR RIBOLI

A Responsabilidade Civil do Estado se torna pauta delicada por se tratar de um assunto que nos deparamos diariamente, colocando-nos em situações verdadeiras, vividas por qualquer pessoa em coletividade, tragédias e danos algumas vezes irreversíveis. Por esses motivos surge à necessidade de uma análise dos fatos ocorridos, visto que o particular não pode viver em prejuízo do mesmo modo que uma responsabilização desmedida pode resultar em prejuízo para toda uma coletividade. Em vista de esses motivos a presente monografia ira apresentar uma análise das situações passíveis de indenização, visando o bem estar e o direito do particular ao ressarcimento por danos que a ele fora causados em razão de atividades atribuídas à ações do Estado e seus agentes. O presente estudo possui o objetivo de realizar uma análise profunda inicialmente sobre os conceitos de Estado, seu nascimento, suas ramificações e a responsabilidade assumida. A administração Pública seus agentes e o seu poder de atuação perante a coletividade. Abordarmos também, o estudo sobre o surgimento da responsabilização civil do Estado, sua evolução, peculiaridades, teorias e controvérsias no mundo e enfatizando o estudo sobre a responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, destacando as disposições do artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal de 1988. Diante de sua evolução, estudaremos também o tratamento e as espécies de responsabilidade civil do Estado tendo em vista o dever do Estado de ressarcir prejuízos causados ao particular por omissão ou negligência do poder público, da mesma forma que estudaremos, os excludentes e atenuantes da responsabilização do Estado, tendo em vista que a depender de situações pode ser afastada a responsabilidade do Estado. Por fim, destacamos as formas de ação de reparação de dano como forma de o particular adquirir seu direito de ressarcimento ao dano que lhe foi causado bem como a ação de regresso direito do Estado de cobrar os valores desembolsados dos cofres públicos ao causador do dano, o agente. Para tornar este estudo mais tangível, serão analisados casos concretos envolvendo os principais assuntos relativos à omissão presentes em nosso dia-a-dia.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Agentes. Ordenamento Jurídico Brasileiro. Dano. Indenização.

A VALIDADE DO TESTEMUNHO DA CRIANÇA NOS JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NOS CRIMES SEXUAIS CONTRA ELAS PRATICADOS

TANISE SAMARA DA SILVA

TIAGO GALLI

O presente trabalho deriva de um trabalho monográfico teve por escopo estudar como o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul tem valorado o testemunho infantil nos crimes sexuais contra elas praticado. Não há impedimento ao testemunho da criança em nossa legislação, e suas palavras devem ser levadas em consideração, no entanto deve-se tomar cuidado, a falta de discernimento por vezes pode levar estes impúberes a fantasiar e imaginar fatos que nunca ocorreram, ou mesmo esconder fatos penalmente relevantes. Estima-se que no Brasil ocorrem cerca de 50 mil estupros por ano, visto que em 2013 foram registradas 50.320 ocorrências relatando o cometimento deste tipo de crime, sendo as vítimas tanto mulheres como homens, em 2012 os números não são muito diferentes, sendo computados 50.224 registros de estupro. Em razão disso o desenvolvimento deste tema se torna de grande relevância visto que os crimes sexuais como regra são cometidos na clandestinidade e portanto pode não haver outro meio de prova que possa comprovar o que e como ocorreu o fato em tese delituoso, sendo muitas vezes a palavra da vítima a única prova da existência tanto da autoria quando da materialidade do crime. Ao verificar o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul estamos vendo como os casos reais são revolidos. Sendo objetivo principal do trabalho monográfico a verificação do valor dado ao testemunho da criança, nos processos em que ela é vítima de crimes sexuais. No processo a prova constitui um mecanismo indispensável para que o juiz formule seu convencimento e possa decidir pela condenação ou pela absolvição do acusado. Para se verificar o valor dado a este testemunho foi revisada a bibliografia referente à assuntos relacionados ao tema, bem como foi realizada pesquisa na jurisprudência recente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para se verificar na como os desembargadores tem valorado o testemunho infantil, foi concluído que há dois posicionamentos distintos em nosso Tribunal de Justiça, um entende que o depoimento da criança se for prestado de forma coerente, clara e sem contradições por si só basta para fundamentar uma condenação penal. Para a outra corrente o depoimento infantil não basta, é necessário que haja um conjunto probatório mais robusto para que se forme o juízo de condenação do acusado, sob pena do cometimento de injustos.

Palavras-chave: Direito penal. Prova testemunhal. Testemunho da criança.

CRIMES CIBERNÉTICOS

VAGNER ROBERTO DA SILVA PEREIRA

CÉSAR LUÍS PINHEIRO

O presente trabalho tem como objetivo, estudar a respeito dos crimes cibernéticos, os quais aumentam demasiadamente, bem como mostrar as características dos criminosos e das vítimas. Ademais, analisar determinadas leis brasileiras que são de grande valia para regradar a seara informática. Para a realização do referido estudo, foi utilizado o método dedutivo de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Com a internet é possível fazer transferência de dados, movimentações bancárias, se comunicar com pessoas de outros lugares, fazer downloads de músicas, jogos, filmes, além de poder efetuar compras. O comércio eletrônico tornou-se uma exigência para as empresas, mesmo que seja de pequeno porte. Com as redes sociais, como Facebook, Skype, Twitter, dentre outras, é possível ficar informado de tudo que acontece, pessoas postam suas fotos, falam o que pensam, contam novidades, é possível conversar com pessoas de todo mundo sem sair do conforto da sua casa. Primeiramente, foi abordada a parte histórica do computador e da internet, outrossim, a importância das mesmas na vida dos indivíduos. Seguidamente no segundo capítulo, o estudo voltou-se para os crimes virtuais e os meios utilizados pelos delinquentes, bem como identificação das características do criminoso cibernético e da vítima. Ademais, foram relatadas algumas notícias impactantes de crimes cibernéticos que ocorreram recentemente em nosso país, trazendo vastas consequências para as vítimas e para a sociedade. No terceiro e último capítulo, estudamos sobre a investigação, a competência no Brasil e os meios de provas utilizados na seara virtual. Outrossim, sobre a falta de profissionais atualizados e de equipamentos adequados para combater os crimes de rede. Também, estudamos sobre as possíveis maneiras de identificar as máquinas usadas para atacar as vítimas, bem como, a responsabilidade do provedor de internet quanto aos delitos informáticos. Finalmente, analisaram-se as principais legislações que regram os crimes virtuais, sendo que o presente trabalho proclamou pela educação dos indivíduos na área informática, sendo que esta deve instruir os indivíduos sobre a importância da segurança virtual e os cuidados que devem ter ao acessar a internet, uma vez que, somente a regra jurídica escrita, não conseguirá minimizar e dar a proteção devida aos usuários da rede virtual.

Palavras-chave: Crimes cibernéticos. Informática. Internet. Legislações.

AS CONDIÇÕES LEGAIS DO CONTRATO DE ESTÁGIO

VLADIMIR MATTER

ANDRÉ RODRIGUES

O estágio é um importante instrumento para ingresso de estudantes no mercado de trabalho, oportunizando experiência profissional, sendo de fundamental importância conhecer seus requisitos legais. O contrato de estágio tem como objetivo aumentar o conhecimento dos alunos através da inserção dos próprios no mercado de trabalho. Por vezes, o estágio é utilizado por empresários apenas para burlar a legislação trabalhista, reduzindo encargos sociais e fiscais, o que merece ser combatido. O presente estudo tem por escopo analisar as condições de legalidade do contrato de estágio, regido por lei específica, fonte inegável de oportunidade para que pessoas possam relacionar a teoria dos bancos escolares com a prática no mercado de trabalho e contempla como questão-chave de pesquisa o seguinte problema: Quais são as condições legais do contrato de estágio e quais são os efeitos da inobservância destas condições. Tem o objetivo de estudar o Direito do Trabalho, suas características e princípios utilizados em nosso ordenamento jurídico, verificar todas as características do contrato de trabalho e da relação de emprego e por fim, analisar todas as condições acerca do contrato do estágio, verificando as consequências no caso do desvirtuamento desta norma. Para a realização do mesmo, utilizou-se na metodologia o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e pesquisa indireta bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o estudo foi direcionado às noções do Direito do Trabalho, suas características, fontes e princípios, consoante ordenamento jurídico brasileiro. Posteriormente, analisou-se o contrato de trabalho, suas características, elementos e modalidades, assim como as obrigações das partes envolvidas na relação empregatícia, sendo observado também a relação que o Direito do Trabalho possui em relação a outros ramos o Direito. Por fim, verificou-se as condições de legalidade do contrato de estágio e das partes envolvidas, consoante a Lei do Estágio, que estipula todos os requisitos necessários. Procurou-se evidenciar se o contrato de estágio proporciona ao estagiário uma iniciação profissional e a aplicação da teoria recebida em sala de aula na prática profissional. Concluindo-se analisou-se as consequências do descumprimento da norma nos contratos de estágio e o entendimento jurisprudencial atualmente com relação a este tema, que poderá gerar uma relação empregatícia entre as partes.

Palavras-chave: Estágio. Requisitos legais. Validade. Contrato de trabalho.

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Times New Roman e Bookman Old Style,
formato e-book, pdf, em maio de 2016.